

Miguel José Pádua de Oliveira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM FINANÇAS EMPRESARIAIS

RELAÇÃO ENTRE LITERACIA FINANCEIRA E PLANEAMENTO DE PENSÕES EM PORTUGAL



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faculdade de Economia

2019

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faculdade de Economia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM FINANÇAS EMPRESARIAIS

**RELAÇÃO ENTRE LITERACIA FINANCEIRA E
PLANEAMENTO DE PENSÕES EM PORTUGAL**

Miguel José Pádua de Oliveira

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professor Doutor Luís Miguel Serra Coelho

Professor Doutor Rúben Miguel Torcato Peixinho

2019

RELAÇÃO ENTRE LITERACIA FINANCEIRA E PLANEAMENTO DE PENSÕES EM PORTUGAL

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DE TRABALHO

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listam de referência incluída.

O autor,

Miguel José Pádua de Oliveira

Assinado de forma digital por
Miguel José Pádua de Oliveira
Dados: 2020.09.24 23:04:37
+01'00'

Copyright

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou em forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Resumo

As previsões demográficas e a sustentabilidade da Segurança Social em Portugal são dois fatores que colocam a população portuguesa a questionar a capacidade do sistema nacional de pensões na garantia de pensões condignas no futuro. Esta dissertação aborda a relação entre a Literacia Financeira e o Planeamento de Pensões em Portugal reforçando a sua importância para o período pós-carreira. Os objetivos deste trabalho compreendem em identificar os níveis de Literacia Financeira, numa amostra com inquiridos de nacionalidade portuguesa e relacionar os níveis de Literacia Financeira apurados com a elaboração de um Planeamento de Pensões individual.

A investigação empírica analisou as respostas fornecidas num inquérito com um conjunto de questões, de forma a avaliar os níveis de Literacia Financeira e a existência de um Planeamento de Pensões. Foi respeitada uma determinada metodologia previamente aplicada num conjunto de países nos quais, os respetivos autores, não só estudaram as variáveis de forma individual, mas também a qualidade da relação entre as mesmas.

No domínio dos estudos sobre Literacia Financeira, realçando os seus benefícios, é destacado a importância da aquisição de competências financeiras, com a finalidade de encarar os cada vez mais complexos e diversificados produtos financeiros oferecidos, na tentativa de melhorar a qualidade de decisão do indivíduo. Desse modo, é salientado que bons níveis de Literacia Financeira não só melhoram a capacidade de efetuar um plano individual de reforma, mas também permitem aos consumidores adquirirem melhores produtos financeiros.

Neste trabalho são identificados alguns grupos sociodemográficos com menores níveis de Literacia Financeira, tais como: o género feminino, indivíduos com menores habilitações literárias e com idade superior a 45 anos. Os resultados também sugerem uma relação positiva entre a Literacia Financeira e o Planeamento de Pensões em Portugal, contudo não foi possível caracterizar um determinado perfil, de quem melhor relaciona as duas vertentes. Foi concluído ainda, um conjunto de factos que relacionam positivamente a existência de Planeamento de Pensões, com a capacidade de poupança e na gestão de despesas correntes por parte dos inquiridos.

Palavras chave; Literacia Financeira, Planeamento de Pensões, Reforma, Portugal,

Abstract

Demographic forecasts and Social Security sustainability are two factors which make the Portuguese population, questioning the full capacity of the national pension system to guarantee a decent pension in the future. This dissertation study the relationship between Financial Literacy and Retirement Planning in Portugal, reinforcing the importance in the post career period. The goals of this paper are to identify the levels of Financial Literacy, in a sample with Portuguese respondents, and to relate these levels with the development of a personal retirement plan.

The empirical research analyzed the answers provided in a survey, created for this study, to evaluate the levels of Financial Literacy and the evidence of a retirement plan. This research also respected a methodology previously applied in a set of studies in other countries. Several authors not only studied the variables individually, but also the quality of the relationship between them.

In the field of Financial Literacy studies focus several benefits, the importance of acquiring financial skills is highlighted, in order to face the increasingly complex and diversified financial products, in an attempt to improve the quality of the individual's decisions. Thus, it is emphasized that good levels of Financial Literacy not only improve the ability to make an individual retirement plan, but also allow consumers to acquire better financial products.

These results suggest some socio-demographic groups with lower levels of Financial Literacy such as: the female gender, individuals with lower education and older than 45 years. There is also a positive relationship between Financial Literacy and Retirement Planning in Portugal, however it was not possible to characterize a certain profile of who better relates these two aspects. Even so, other facts were concluded, some behaviors are positively related directly with the existence of Retirement Planning, in this case the good management of current expenses and the individual's capacity to increase their savings.

Keywords: Financial Literacy, Retirement Planning, Pension, Portugal

Agradecimentos

Esta dissertação culmina numa etapa que exigiu grandes mudanças e desafios.

Agradeço especialmente aos meus pais por todos os valores e princípios que, ao longo da minha vida sempre me inculcaram e a toda a minha família e amigos pelo apoio que sempre demonstraram.

Aos meus companheiros de turma deste Mestrado, agradeço pelo espírito de entreajuda que existiu e aos Professores Luís Coelho e Rúben Peixinho por terem aceite a orientação desta dissertação e pelo suporte dado durante este percurso.

Quero também deixar um agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, em especial, para os que participaram no inquérito proposto.

"An investment in knowledge always pays the best interest."

Benjamin Franklin

Índice

Índice de Figuras	i
Índice de Tabelas	ii
Siglas e Abreviaturas	iii
1. Introdução	10
1.1 Problemática, Objetivos e Contribuição	11
1.2 Estrutura da Dissertação	12
2. Revisão de Literatura	13
2.1 Definição e evolução do conceito de Literacia Financeira	13
2.2 A importância da Literacia Financeira	15
2.3 Planeamento de Pensões.....	23
2.4 Outras vantagens da Literacia Financeira	24
2.5 Síntese de tendências e desenvolvimento de Hipóteses	26
2.6 O sistema atual de Pensões públicas em Portugal	27
2.6.1 Planos de Poupança	31
3. Metodologia	33
3.1 O instrumento de recolha de dados	33
3.2 Recolha de dados	36
3.3 Análise dos dados	36
4. Apresentação de resultados	37
4.1 Caracterização da amostra	37
4.2 Apresentação de resultados dos níveis de Literacia Financeira	38
4.2.1 Compressão e cálculo de Juros	38
4.2.2 Compreensão de Inflação	39
4.2.3 Compreensão de Diversidade e Risco	39
4.2.4 Cruzamento de respostas e utilização de juros compostos.....	40
4.3 Determinantes da Literacia Financeira	42
4.4 Literacia financeira – Autoavaliação dos inquiridos	45
5. Apresentação de resultados – Planeamento de Pensões	47
5.1 As diversas facetas do Planeamento de Pensões	47
5.2 Apresentação de resultados – Planeamento de Pensões	49
5.2.1 Planners Vs Non-Planners	50
5.2.2 Planeamento e o Perfil de Poupança	54
5.3 Planeamento da Pensões – Relação com Literacia Financeira	56
6. Conclusão	63
Referências bibliográficas	65
Apêndice	68
Apêndice 1 - Inquérito realizado e composição de questões	68
Apêndice 2 - Composição da Amostra	78
Apêndice 3 - Tabela de Variáveis descritas	79
Anexo 1- Conjunto de dados em Estudos Internacionais	81

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Percentagem de indivíduos, por género, entre os 25 e 34 anos que não terminaram o ensino secundário	16
Figura 2 – Percentagem de pessoas, por país, que responderam corretamente a pelo menos 5 respostas certas na categoria de compreensão financeira	19
Figura 3 – Percentagem de adultos Europeus que possuem Literacia	21
Figura 4 – Relação entre Literacia Financeira e Desigualdade nos países europeus	22
Figura 5 – Relação entre a Literacia Financeira e o risco de pobreza associado e taxa de privação material severa nos países europeus	22
Figura 6 – Evolução Demográfica em Portugal 2016 - 2070	28
Figura 7 – Esperança média de vida e taxa de natalidade - Portugal	29
Figura 8 – Pirâmide etária – Portugal 2016 vs 2070	29
Figura 9 – Capacidade de mão-de-obra – Portugal população entre 15 e 64 anos	30
Figura 10 – Projeções financeiras do sistema de pensões - Portugal 2016 vs 2070	31
Figura 11 – Evolução da produção de seguros PPR em Portugal	32
Figura 12 - Planners Vs Non-Planners	50
Figura 13 - Análise de respostas à questão 11 - Planners.....	51
Figura 14 - Análise de respostas à questão 11 - Non-Planners.....	52

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Questão sobre Juros	38
Tabela 2 - Questão sobre Inflação	39
Tabela 3 - Questão sobre Diversidade e Risco	40
Tabela 4 - Intersecção de Questões	41
Tabela 5 - Questão sobre Juros Compostos	42
Tabela 6 - Distribuição de respostas às questões sobre Literacia Financeira por Idade, Género, Educação, Ocupação e Rendimento	42
Tabela 7 - Distribuição da autoavaliação realizada pelos inquiridos sobre o seu nível conhecimento e compreensão de conceitos básicos de finanças por Idade, Género, Educação, Ocupação e Rendimento	45
Tabela 8 - Distribuição das respostas dos inquiridos quanto às expectativas e conhecimentos sobre o enquadramento legal do regime de pensões da Segurança Social em Portugal	47
Tabela 9 - Distribuição de Planners e Non-Planners por Idade, Género, Educação, Ocupação e Rendimento	53
Tabela 10 - Planeamento e o Perfil de Poupança	55
Tabela 11 - Planeamento de Pensões e relação com Literacia Financeira	56
Tabela 12 - Análise múltipla de variáveis em regressão logística	60

Siglas e Abreviaturas

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

MPEF - Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

PNFF - Plano Nacional de Formação Financeira

INE - Instituto Nacional de Estatística

1. Introdução

Num cenário de grandes mudanças no mundo laboral, influenciado pelo sucessivo aumento do uso de novas tecnologias e robótica em detrimento dos recursos humanos, bem como os crescentes problemas demográficos nos países desenvolvidos, as dúvidas por parte da população, na capacidade dos governos locais em garantirem a totalidade das pensões à população ativa global é crescente (OCDE 2017). De forma a salientar a importância de planear a situação financeira pós-carreira, este trabalho tem como finalidade identificar os níveis de Literacia Financeira da população portuguesa e relacionar os níveis apurados com a capacidade de elaborar um Plano de Pensões individual.

Esta é uma temática importante e particularmente atual. De facto, a identificação dos níveis de Literacia Financeira, tem sido um tema cada vez mais analisado em vários países, isto porque, os cidadãos são de forma frequente confrontados com diversos produtos financeiros, sejam de poupança, crédito ou entidades seguradoras, que requerem educação financeira para tomar a melhor decisão.

Por outro lado, as recentes crises económicas enfatizaram a importância de um maior conhecimento nesta área, de forma a evitar um número massivo de falências familiares devido ao recurso ao crédito excessivo ou escolhas de produtos de investimento de baixa rentabilidade. A Literacia Financeira tenta desse modo, limitar um conjunto de más decisões financeiras (Lusardi e Tufano 2015), (Lusardi e Mitchell 2013). Existem, no entanto, vários desafios para efetuar um eficaz plano de pensão.

No sentido global, são múltiplos os indicadores que indicam e reforçam a dificuldade na sustentabilidade do atual sistema de pensões, não só de Portugal, como em vários países. Indicadores como: aumento da esperança média de vida, diminuição de natalidade e conseqüente entrada tardia no mercado de trabalho da população ativa, descida ou estagnação do nível salarial da população são alguns indicadores, nos quais, várias entidades alertam para uma mudança estrutural no sistema contributivo de pensões de forma a garantir a sua sustentabilidade.

1.1 Problemática, Objetivos e Contribuição

Dado o recente passado de Portugal, enfrentando sucessivas crises financeiras devido à sua economia mais frágil e volátil no contexto internacional, a importância da Literacia Financeira tem sido um tema cada vez mais frisado de forma a consciencializar a comunidade em se tornar mais informada, motivada e exigente, face aos aspetos financeiros da sua vida pessoal.

Nesta dissertação são expostos uma série de trabalhos já realizados, identificando a definição de Literacia Financeira, as razões da sua crescente importância nas últimas décadas, abordando também as consequências da iliteracia financeira no aspeto global e também especificamente em Portugal.

Desse modo, este trabalho adiciona outro aspeto relevante, qual o reflexo e relação da Literacia Financeira com o Planeamento de Pensão pós-carreira individual. Pretende--se assim, salientar a importância desta relação dado a aspetos que são referenciados e considerados problemáticos, como por exemplo: as projeções demográficas, necessidade de melhoria das habilitações literárias dos portugueses e no possível cenário de insustentabilidade do sistema nacional de pensões.

Sucintamente, esta dissertação tem dois grandes objetivos. Primeiramente, medir os níveis de Literacia Financeira de uma amostra da população portuguesa, usando um questionário base já testado em vários países, avaliando alguns conhecimentos de Economia básicos como: taxa de juro, inflação e diversidade de risco. O segundo objetivo engloba identificar o perfil dos inquiridos determinando a existência e/ou tendências de planeamento para o período da reforma, isto de forma a relacionar o perfil identificado com os níveis de Literacia Financeira previamente apurados.

Os dados recolhidos são apresentados não só de forma individual, mas também é exposto a relação entre as mesmas, de forma direta e com recurso à regressão logística.

Um conjunto de resultados obtidos noutros trabalhos desenvolvidos em diversos países, sugerem, na sua maioria, uma relação positiva entre os níveis de Literacia Financeira e o Planeamento de Pensões. Nesses estudos, também são reveladas evidências estatísticas dos grupos sociodemográficos, com maior ou menor propensão para relacionar a vertente do Planeamento de Pensões com os níveis de Literacia Financeira apurados. Esse conjunto de hipóteses também são enquadráveis nesta dissertação, especificando o estudo destas vertentes em Portugal.

Esta dissertação procura assim contribuir e salientar a importância da Literacia Financeira no momento de planear a vida financeira pós-laboral, como também na tentativa de identificar os grupos sociodemográficos mais vulneráveis.

De forma conclusiva, este trabalho identifica certos grupos com menores níveis de Literacia Financeira, como por exemplo, o género feminino, indivíduos com menores habilitações literárias e com idade acima dos 45 anos. Esta dissertação sugere ainda uma relação positiva entre a Literacia Financeira e o Planeamento de Pensões. Dada à limitação da amostra, não é possível caracterizar estatisticamente um determinado perfil que melhor associe as vertentes de Planeamento de Pensões e Literacia Financeira. Contudo é possível determinar, de forma direta, uma relação positiva entre as evidências de planeamento com a capacidade de poupança e cumprimento de despesas dos inquiridos, de acordo com a qualidade das suas respostas.

1.2 Estrutura da Dissertação

Com o intuito de atingir os objetivos referenciados, esta dissertação divide-se em seis capítulos: *Introdução*, *Revisão de Literatura*, *Metodologia*, dois capítulos de *Apresentação de Resultados*, o primeiro referente aos dados apurados de Literacia Financeira e o segundo referente ao Planeamento de Pensões, finalizando com o capítulo conclusivo.

A *Revisão de Literatura* inclui seis partes: *A definição e evolução do conceito de Literacia Financeira* ao longo dos últimos anos, salientando logo depois a sua *Importância* no atual contexto. Ainda neste capítulo, são referenciados vários trabalhos existentes que avaliam a relação da Literacia Financeira com o *Planeamento de Pensões*, sendo indicadas também *outras vantagens da Literacia Financeira*. É resumido logo depois, as *tendências apuradas e desenvolvimento de Hipóteses* a investigar nesta dissertação. Este capítulo é concluído com um subcapítulo onde aborda o *Sistema Atual de Pensões Públicas em Portugal*, com breves referências a dados demográficos previstos no país e termina com uma ligeira análise à existência dos *Planos de Poupança* privados em vigor.

O terceiro capítulo, *Metodologia*, reúne todos os aspetos metodológicos desenvolvidos nesta dissertação explicando o *instrumento de recolha de dados*. Explicado a forma de recolha de dados para construir o inquérito, são apresentadas as formas de *Análise de dados* adotadas para o apuramento e apresentação de resultados.

Nos restantes dois capítulos são demonstrados os diversos *Resultados* apurados, começando pela *Caracterização da Amostra* recolhida e revelando todos os dados nas vertentes da *Literacia Financeira e Planeamento de Pensões*. É testada a relação das variáveis definidas, com recurso à regressão logística, com o intuito de testar o conjunto de hipóteses avançadas.

A dissertação é finalizada com a *Conclusão* deste estudo, analisando também as suas limitações e sugerindo observações para futuros trabalhos nesta temática.

2 Revisão de Literatura

Este capítulo apresenta a revisão de literatura. Parte-se da descrição do conceito e evolução da Literacia Financeira revendo, em seguida, alguns estudos nacionais e internacionais nesta temática. Seguidamente é abordada a literatura referente ao Planeamento de Pensões e à sua intersecção com a Literacia Financeira. Finalmente apresenta-se um capítulo sobre o sistema de pensões em Portugal, bem como a revisão de alguns dados referentes ao principal produto financeiro que se aplica às reformas particulares, i.e., os planos de poupança.

2.1 Definição e evolução do conceito de Literacia Financeira

A expressão “Literacia Financeira” tem sido imensamente referenciada nas últimas décadas e é acentuada no momento de crises ou momentos de contração económica. A sua definição foi evoluindo ao longo dos tempos e é de extrema importância na primeira fase deste trabalho sendo que, várias instituições e/ou autores, expõem diferentes conceitos.

Uma das primeiras tentativas na sua definição foi descrita pela National Foundation for Education Research (1992), no qual definia a Literacia Financeira como simples conceito de “*A Capacidade de tomar decisões informadas relacionadas com o uso e a gestão do dinheiro*”. Ao longo do tempo foram vários os autores que desenvolveram e completaram o conceito, realçando a importância da Literacia Financeira em diversos estudos.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), uma das instituições que tem revelado um trabalho de grande importância nesta temática, não só em termos de acompanhamento de resultados, como também na implementação de programas de formação financeira, definiu em 2005 a educação financeira, que conduz à designada Literacia Financeira como, “*conhecimento e compreensão dos conceitos financeiros e competência, motivação e confiança para aplicar esses conhecimentos, com o objetivo de tomar decisões concretas em vários contextos financeiros e melhorar o bem-estar dos investidores\consumidores*”. Esta definição é referenciada em vários estudos combinando não só a importância do conhecimento com a tomada de decisão, como também a confiança e a existência de fatores motivacionais que impulsionam a busca dessa informação.

Ao nível de autores, a definição inicial mais elaborada é dada por Schagen e Lines (1996) referindo que a Literacia Financeira, “*Engloba as capacidades de entender conceitos chave relacionados com a gestão do capital, perceção do funcionamento das instituições, serviços e sistemas financeiros, capacidade de análise e ainda controlo responsável das suas finanças*”. As suas conclusões não limitam a compreensão financeira apenas à aprendizagem teórica, como por exemplo de aritmética, mas também a componentes psicológicas ou até mesmo experiências pessoais passadas que definem as atitudes financeiras.

É reforçada, alguns anos mais tarde nos Estados Unidos da América, a importância da Literacia Financeira no ato do planeamento das finanças pessoais, ao qual é definido como: “*a habilidade de ler, analisar, gerir e comunicar a situação financeira que afeta o bem-estar do indivíduo. Inclui também a capacidade de fazer escolhas financeiras, discutir assuntos e problemas relacionados com dinheiro de forma confortável, planejar o futuro e responder na tomada de decisões de forma competente aos eventos diários, sejam pessoais, sejam relacionados com a economia geral.*” (Vitt 2000).

Moore (2003), num estudo desenvolvido no estado de Washington, alerta que a Literacia Financeira não pode ser apenas mensurável pelo seu conhecimento, experiências ou comportamentos isolados, mas também deve estar relacionado com a aplicabilidade desse conhecimento usado diariamente, levando a um aumento de competências. Mais tarde, Lusardi (2008), que tem sido uma das principais referências no estudo da Literacia Financeira, desenvolvendo a metodologia implementada neste trabalho, adiciona ao conceito a importância do conhecimento sobre o funcionamento dos

juros compostos, diferença entre valores nominais e reais, além de noções básicas de diversificação de risco. Evidencia também as consequências da iliteracia financeira e na sua relação com a falta do planeamento da reforma, não participação nos mercados de capitais e na incapacidade de negociar razoáveis condições de crédito.

Huston (2010), num estudo onde analisa vários trabalhos sobre este tema, refere que a sua definição é questionável, frisando que a Literacia Financeira não se retrata apenas no aspeto educacional, distinguindo também a diferença entre educação financeira e Literacia Financeira no ato de saber aplicar o conhecimento financeiro nas tomadas de decisão. Finalmente Atkinson e Messy (2012) defendem, num estudo comparativo entre países, juntamente com a OCDE, que a Literacia Financeira é combinada em 3 vertentes: no conhecimento financeiro, nas atitudes relacionadas com a gestão de capital e nos comportamentos correntes, isto com o objetivo de os indivíduos conseguirem tomar as decisões financeiras mais adequadas em função do seu perfil.

Em termos nacionais o Banco de Portugal (2011) definiu que a Literacia Financeira *“permite aos cidadãos a tomada de decisões financeiras informadas. Entendido nesta perspetiva, o conceito vai além dos meros conhecimentos financeiros, envolvendo também a forma como esses conhecimentos afetam atitudes e comportamentos dos cidadãos na tomada de decisões financeiras”*. Acrescenta também que é considerado um complemento à regulamentação dos mercados bancários a retalho.

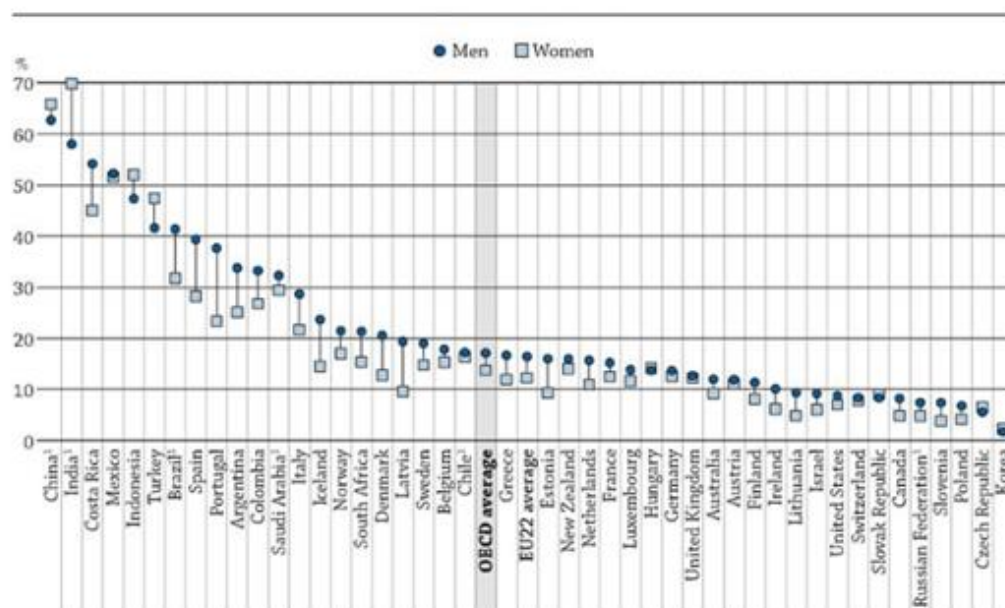
2.2 A importância da Literacia Financeira

Nos últimos 50 anos, Portugal não tem sido um bom exemplo na gestão financeira e económica adotada pelas sucessivas forças governativas. Este período fica marcado por três intervenções externas de forma a financiar e socorrer as contas nacionais. Em 1977 e 1983, anos onde fomos intervencionados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), os problemas resultavam da forte desvalorização da moeda, que conduzia a uma inflação crescente e a elevadas taxas de desemprego. Em 2011, já membro da União Europeia, Portugal sofreu a intervenção conjunta do FMI, da Comissão Europeia e do Banco Europeu. O país viu o agravamento da sua dívida pública alavancado pela crise Internacional em 2008, levando ao acordo de um memorando com estas três entidades

resultando como objetivos principais: a regularização das contas públicas, a diminuição da dívida pública e o aumento da competitividade da economia portuguesa.

Importa salientar que no memorando acordado, uma prioridade considerada foi a melhoria educacional no ensino secundário e profissional (MPEF 2011). São vários os estudos apresentados pela OCDE e pelo Eurostat no qual apontam que Portugal detém níveis de escolaridade baixos, apesar de ter realizado alguns progressos nos últimos anos, curiosamente desde 2011. Os jovens adultos Portugueses ainda apresentam números considerados preocupantes. Por exemplo, cerca de 38% dos homens e 23% das mulheres entre os 25 e 34 anos de idade não terminaram o ensino secundário obrigatório até 2017 (OCDE 2018), como exemplifica a Figura 1. Outro dos aspetos que derivam dos baixos níveis de escolaridade em Portugal, destacados pela OCDE, são os níveis acima da média nas desigualdades salariais.

Figura 1 – Percentagem de pessoas, por género, entre os 25 e 34 anos que não terminaram o ensino secundário (OCDE 2018)



Os níveis de escolaridade são diretamente relacionados com os níveis de Literacia Financeira, sendo os determinantes mais positivamente relacionados: as competências adquiridas no cálculo, matemática (Jappelli e Padula, 2013) e de leitura (OCDE 2014).

Já referido na sua definição, a Literacia Financeira visa fornecer informação para a mais adequada e eficiente utilização e valorização de recursos financeiros, de forma a

evitar situações de sobre-endividamento e à correta aplicação de investimentos pessoais por parte dos consumidores. No plano económico, de acordo com o último Relatório de Estabilidade Financeira (Banco de Portugal 2018), é destacado a acentuada redução do rácio de endividamento das famílias nos últimos anos, contudo apresenta ainda algumas preocupações, registando um crescimento recente no crédito ao consumo e no crédito à habitação. Estes factos resultaram num conjunto de recomendações, elaboradas pelo Banco de Portugal, às entidades bancárias de forma a minimizar os riscos de incumprimento por parte dos particulares. Em 2017 um conjunto de dados revelados no mesmo relatório, revelam alguma preocupação por parte do Banco de Portugal nas taxas de poupança dos particulares que se situa em mínimos históricos e um crescimento, algo excessivo, do consumo privado que supera ligeiramente o rendimento disponível das famílias.

Desde 2010 Portugal decidiu oficialmente estudar os níveis de Literacia Financeira e colocou em marcha o Plano Nacional de Formação Financeira que, *“visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados, através de uma visão integrada de projetos de formação financeira e pela junção de esforços das partes interessadas, concorrendo para aumentar o bem-estar da população e para a estabilidade do sistema financeiro”* (PNFF 2011). Com este programa, foram desenvolvidos dois questionários de forma a avaliar os níveis de Literacia Financeira em Portugal, nos anos de 2010 e 2015. Comparando os resultados dos dois questionários, apesar de se assistir a alguma evolução positiva, principalmente nos níveis de inclusão financeira e hábitos de poupança dos Portugueses, manifestam-se sinais de desconhecimento e inércia no momento da aplicação dessa poupança em produtos financeiros. Conclui-se ainda que, apesar de se evidenciar uma evolução no acesso da população ao sistema bancário, comparativamente a 2010, os conhecimentos financeiros da população portuguesa ainda são considerados relativamente baixos.

No último inquérito realizado em 2015 pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, que integra o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, (CNSF 2015) recolheu dados a 1.100 inquiridos, num conjunto de 5 questões abordando aspetos de numeracia financeira, como por exemplo, cálculos de juros simples e compostos, inflação e cálculo matemático, sendo que nenhum dos entrevistados acertou em todas as perguntas

e revela alguns dados preocupantes. Por exemplo, 41,6% dos entrevistados falharam na questão de juros simples e apenas 39,5% sabem calcular juros compostos. Também na questão da inflação, foi exibido grande desconhecimento, com apenas 52,9% dos inquiridos a obter a resposta correta.

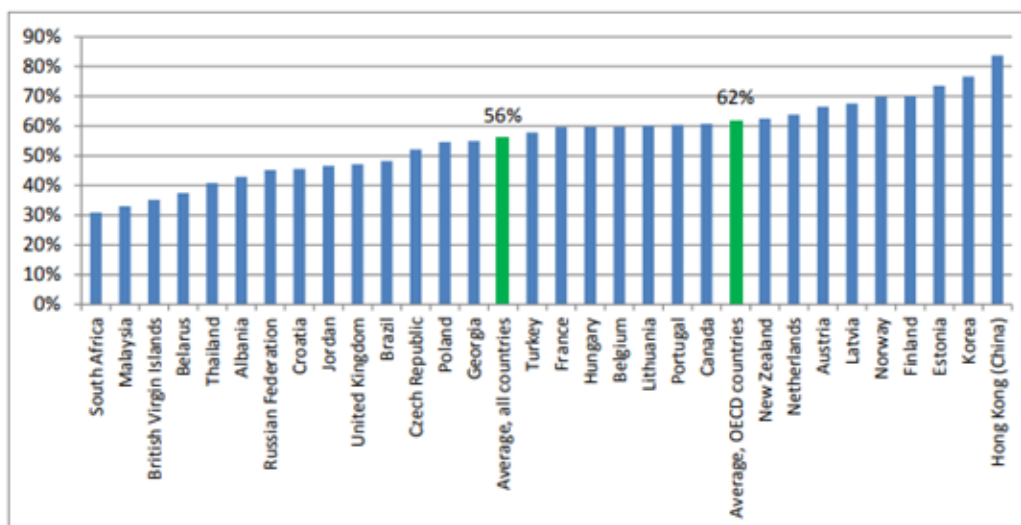
Estes resultados conciliam também os baixos níveis de conhecimentos com baixos níveis de confiança na tomada de decisão de um investimento. Um dado que confirma esse exemplo, é que 64,3% dos entrevistados reconhecem ser pouco ou nada conhecedor de produtos e mercados de valores mobiliários, o que resulta em apenas 4,4% dos entrevistados possuírem este tipo de investimento, que maioritariamente é realizado em ações ou fundos de investimento. Outro fator, no qual também poderá revelar baixo nível de confiança no momento de investir, é a escolha da fonte de informação que mais influência na tomada de decisão. 59,1% dos entrevistados revelam ter seguido o conselho dado ao balcão da instituição onde adquiriram o produto e 51,1% seguiram o conselho dado por familiares ou amigos. A falta de autonomia que os Portugueses revelam na escolha de um produto financeiro e a excessiva confiança nas entidades financeiras, devem ser realçadas como fragilidades, pois correm o risco de serem consideradas recomendações isentas de parcialidade. O desconhecimento na aplicação de capital, já resultou em Portugal, num considerável número de lesados, mais propriamente nos casos recentes da falência de dois dos maiores bancos privados do país, o Banco Espírito Santo e o Banco Internacional do Funchal.

Outro aspeto, particularmente relevante para este trabalho, são os dados revelados sobre a realização de poupança. Em particular, 59% dos entrevistados revelam ter hábitos de poupança, mas apenas 5,1% dos participantes referem que poupam para utilizar na reforma. Ainda mais importante e diretamente relacionado com esta dissertação são os dados sobre o planeamento da reforma. De facto, 7,6% dos inquiridos afirmam não fazer qualquer planeamento e analisando o grau confiança, 54,1% revelam estar pouco ou nada confiantes no seu planeamento. A faixa etária entre os 25 e os 54 anos é a que revela um menor grau de confiança no planeamento da reforma, pois 60% dos respondentes neste escalão de idade estão pouco ou nada confiantes sobre este tema. Dizer também que na generalidade, os inquiridos confiam nas instituições que gerem os seus recursos mobilizados para a reforma. 82,2% dos inquiridos planeiam financiar a sua reforma com os descontos realizados para a Segurança Social ou outro regime contributivo, contra os 11,9% que indicam ter constituído um plano de poupança de reforma privado.

O inquérito aborda também conhecimentos mais técnicos relacionados com produtos financeiros. Os resultados demonstram grandes divergências nas definições de spread e Euribor, relevantes na contratação do crédito à habitação. Apenas 21,4% reconhecem saber o conceito de spread e somente 10,5% acertou na definição de Euribor.

A importância da Literacia Financeira tem sido na última década amplamente discutida a nível mundial. Por exemplo, a OCDE realizou um estudo sobre o tema com base nos dados recolhidos através do inquérito nacional efetuado em 2015. Este estudo engloba 30 países, 17 dos quais membros da OCDE, tendo sido entrevistados no total 51.650 adultos dos 18 aos 79 anos de idade. A estrutura de avaliação deste inquérito, implementado por Atkinson e Messy (2012), analisa três vertentes: os conhecimentos financeiros - com 7 questões, comportamentos na gestão financeira - com 9 questões e por fim, atitudes no longo prazo em termos de planeamento - 5 questões. Num máximo de 21 pontos alcançáveis, a média global obtida neste estudo foi de apenas de 13,2 pontos. Fixando a atenção apenas nos países da OCDE o resultado sobe para 13,7 pontos. De forma geral o estudo revela que há ainda potencial de melhoria nos dados relativos à compreensão financeira. Em média dos países participantes, apenas 56% dos inquiridos obteve o resultado mínimo, 5 respostas certas em 7, subindo este valor para 62% para os países integrantes desta organização (OCDE 2016). Abaixo, na Figura 2 estão disponíveis os resultados.

Figura 2 – Percentagem de pessoas, por país, que responderam corretamente a pelo menos 5 respostas certas na categoria de compreensão financeira (OCDE 2016)

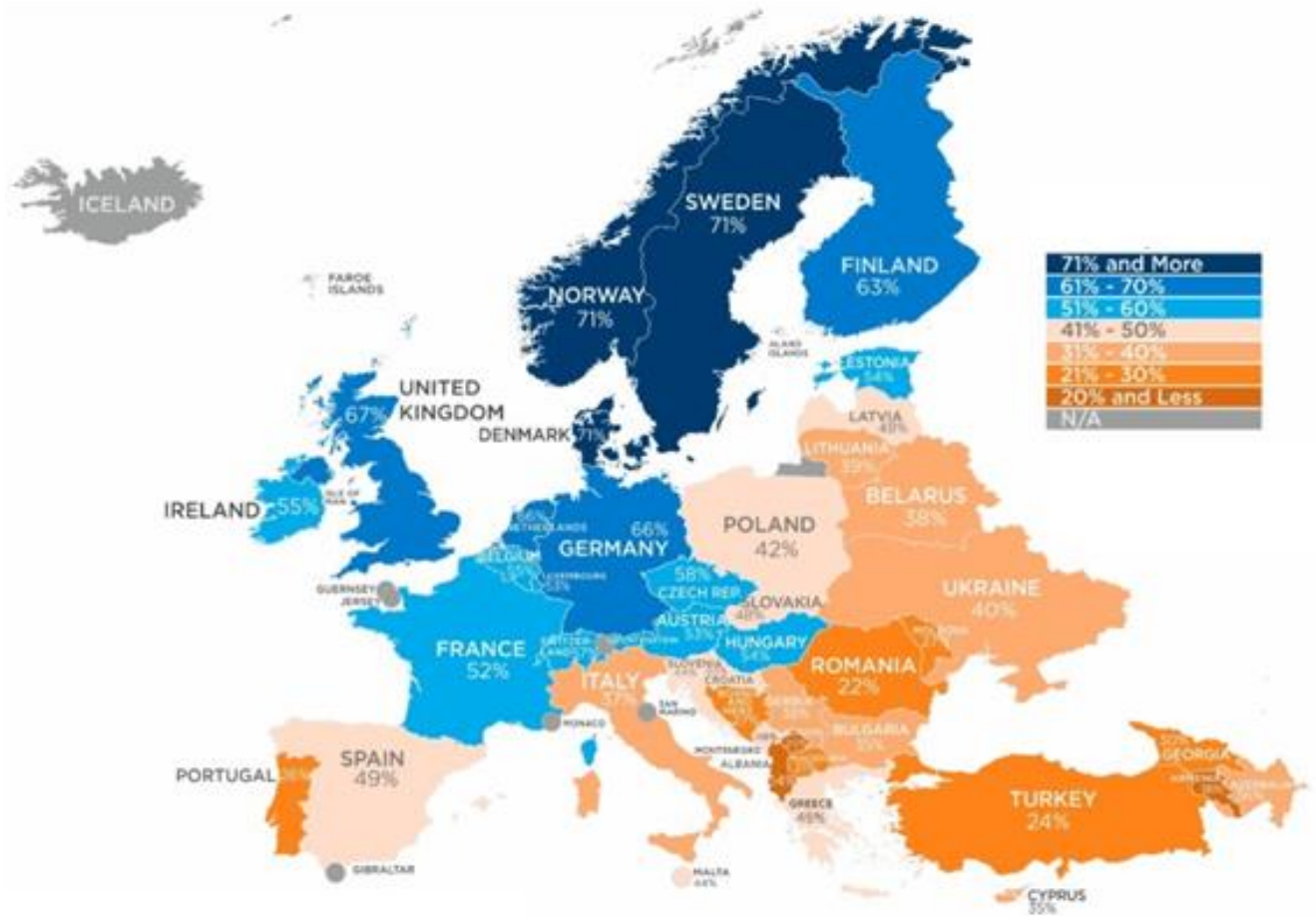


Portugal, obteve um resultado relativamente positivo neste estudo comparativo, ficando com 14 pontos, um valor próximo da média da OCDE. Apesar desses resultados, observando a vertente que analisa os conhecimentos financeiros, os Portugueses ficam abaixo da média comparativamente aos outros países membros. Os Portugueses apresentaram conhecimentos mais sólidos nas questões relacionadas com a definição de inflação e na diversificação de investimentos, mas subsistem dificuldades na resolução de questões que envolvem cálculo de juros simples e compostos, bem como na total perceção do impacto da inflação no poder de compra. Nas outras duas questões integrantes (compreensão de juros e a relação entre risco e retorno), apesar de serem apresentados resultados abaixo da média da OCDE, são superiores à média global.

Ainda no contexto internacional, em 2014 a Standard Poor's, em conjunto com outras entidades e com a autoria de investigadores relevantes nesta temática, desenvolveu um inquérito global entrevistando mais de 150 mil pessoas de 140 países, denominado por S&P Global FinLit Survey. Neste estudo são colocadas 4 questões que abordam os conhecimentos dos inquiridos sobre inflação, diversidade e risco em investimentos, juros compostos e numeracia. O entrevistado é considerado letrado financeiramente quando responde corretamente a 3 das 4 perguntas. Os resultados mostram que, em média, apenas 33% dos inquiridos possuem níveis positivos de Literacia Financeira (Klapper, Lusardi e Oudheusden 2015). Na Europa esse valor aumenta para os 52%, com a Dinamarca, Suécia e Noruega a apresentar níveis mais altos de conhecimento financeiro básico (atingindo valores superiores a 65%).

No sentido oposto, temos a Grécia e a Espanha com 45% e 49% respetivamente. Segue-se a Itália com 37% e no fim da tabela surgem Portugal e Roménia com 26% e 22% respetivamente. A Figura 3 demonstra os resultados para a zona europeia.

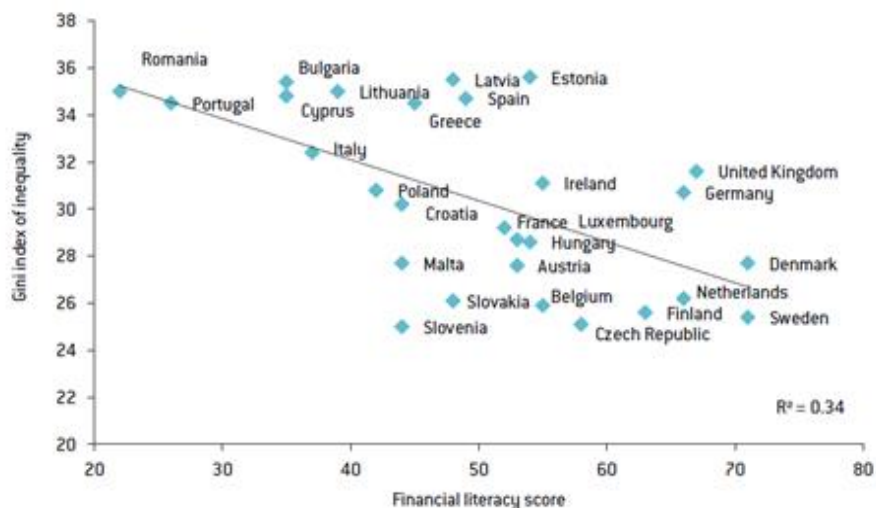
Figura 3 – Percentagem de adultos Europeus que possuem Literacia Financeira - S&P Global FinLit Survey (Klapper, Lusardi e Oudheusden 2015)



Portugal apresenta assim, um dos resultados mais baixos da Europa. Com base no estudo anteriormente referido, é também importante salientar a importância da Literacia Financeira nas questões de impacto social. São referenciadas evidências na relação entre os resultados dos níveis de Literacia Financeira com a desigualdade e exclusão social além do risco de pobreza associado à taxa de privação material severa. (Batsaikhan e Demertzis 2018).

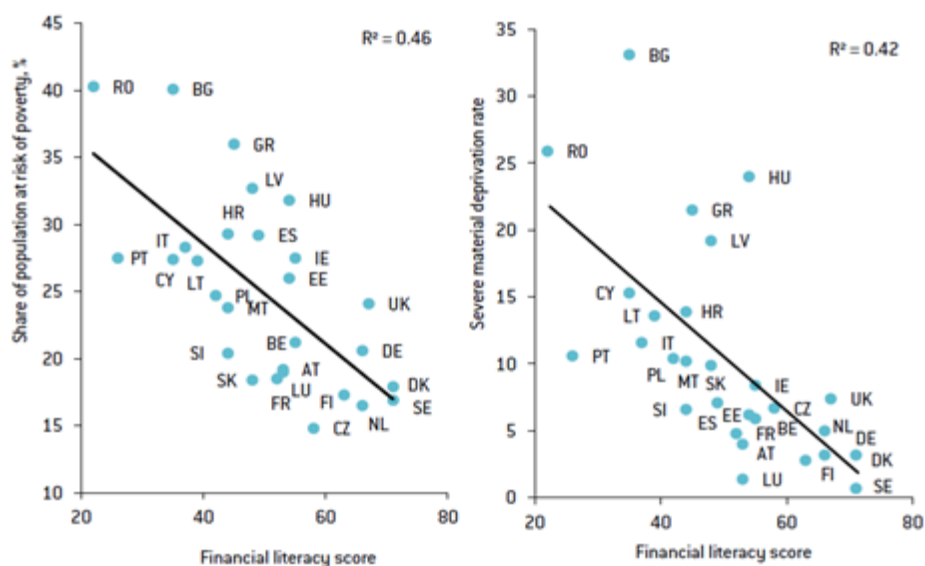
Um dos objetivos da União Europeia, com base no projeto “Europa 2020” é conseguir diminuir em pelo menos 20 milhões de pessoas, a situação de risco de pobreza e exclusão social. Abaixo, as Figuras 4 e 5 revelam uma relativa evidência que os níveis de Literacia Financeira interferem num conjunto de fatores socioeconómicos indicando que, países com melhores níveis de Literacia Financeira apresentam resultados mais positivos nas diferentes vertentes verificadas.

Figura 4 – Relação entre Literacia Financeira e Desigualdade nos países europeus - S&P Global FinLit Survey (Batsaikhan e Demertzis 2018)



Nota: Desigualdade medida pelo Coeficiente de Gini

Figura 5 – Relação entre a Literacia Financeira e o risco de pobreza associado e taxa de privação material severa nos países europeus - S&P Global FinLit Survey (Batsaikhan e Demertzis 2018)



Nota: Em Risco de Pobreza são consideradas pessoas com rendimentos 60% abaixo da mediana dos rendimentos individuais do seu país. Privação material severa: indivíduos que não conseguem adquirir pelo menos 4 destas rubricas: 1. Aluguer de alojamento; 2. Aquecimento adequado; 3: Poupanças para enfrentar imprevistos; 4: Carne ou fonte de proteínas; 5: Férias; 6: Televisão; 7: Máquina de lavar loiça; 8: Automóvel; 9: Telefone.

2.3 Planeamento de Pensões

A acumulação de capital para o período da reforma é uma forma simples e direta de avaliar a capacidade de planeamento a longo prazo, sendo um determinante fundamental na melhoria das condições financeiras de um indivíduo. A Literacia Financeira tem um papel preponderante na qualidade desse planeamento (Lusardi 2009). De acordo com o inquérito desenvolvido pela CNSF (2015), os Portugueses possuem uma baixa confiança no sucesso do seu Planeamento de Pensões, sendo que maior parte confia no sistema de pensões público nacional, na garantia futura do seu rendimento. Contudo nos últimos anos com o aparecimento de crises financeiras cada vez mais globalizadas, grande volatilidade no mercado laboral e as urgentes reformas que se têm implementado nos diferentes sistemas de pensões, os indivíduos ganham um papel cada vez mais preponderante na responsabilidade de garantir a sua própria proteção financeira (Lusardi 2008).

Vários estudos realizados internacionalmente revelam que a relação entre Literacia Financeira e planeamento da reforma é extremamente importante, estando interligada positivamente. De facto, existe evidência de que a maior parte das populações que não fazem qualquer planeamento são aquelas que apresentam mais baixos níveis de Literacia Financeira (Lusardi e Mitchell 2011a). Existem vários exemplos neste contexto nos Estados Unidos da América. Num estudo realizado em 2011 sobre esta temática, apenas 43% dos inquiridos afirmaram terem tentado calcular o valor que necessitariam para o período da reforma (Lusardi e Mitchell 2011b) e juntamente com a baixa percentagem de planeamento, também os índices de Literacia Financeira demonstraram ser mais limitados. Estudos similares comprovam o efeito positivo entre Literacia Financeira e Planeamento de Pensões em países como: Rússia (Klapper e Panos 2011), Japão (Sekita 2011), Holanda (Rooij, Lusardi e Alessie 2011) e mais recentemente Canadá (Boisclair, Lusardi e Michaud 2014), Chile (Moure 2016) e Croácia (Barbić, Palić e Bahovec 2016). Na China (Niu e Zhou 2017), além do Planeamento de Pensões ser positivamente relacionado, também é determinada uma relação positiva entre estas variáveis com o investimento em mercados financeiros.

Também Fornero e Monticone (2011), consideram a realidade italiana e concluem que existe uma relação positiva entre Literacia Financeira e Planeamento de Pensões.

Mais tarde Ricci e Caratelli (2017) identificam, também em Itália, que bons níveis de Literacia Financeira resultam numa relação positiva com a entrada no sistema privado de pensões.

É também interessante notar que em países considerados com altos níveis de Literacia Financeira, a relação entre esta e o Planeamento de Pensões é menos considerável. Foram identificados os casos da Suécia (Almenberg e Säve-Söderberg 2011) e da Finlândia (Kalmi e Ruuskanen 2018). Curiosamente, estes dois países implementaram uma importante reforma no seu sistema de pensões com o objetivo de transferirem o risco financeiro do Estado para os seus cidadãos. Tal implicou um grande esforço dos governos no sentido de distribuir informação com o intuito de esclarecer a sua população sobre a melhor forma de gerir e constituir a sua reforma. Na Suécia, por exemplo, é distribuído todos os anos uma carta designada “Orange Letter” onde não só é apresentado uma declaração dos rendimentos e respetivas contribuições, como também os valores de pensão, pública e privada, projetados para receber no futuro dependendo da idade que o cidadão preferir se reformar como também, devidas recomendações na escolha de fundos de pensões geridos por empresas estatais, como a Sjunde AP-fonden (AP7).

2.4 Outras vantagens da Literacia Financeira

A Literacia Financeira tem outros impactos para além do Planeamento de Pensões. Por exemplo, Lusardi e Tufano (2009 e 2015) concluem que indivíduos com baixos níveis de Literacia Financeira, tendem a contrair empréstimos com juros mais elevados, principalmente a população mais jovem revela mais dificuldade na gestão das suas dívidas em cartões de crédito.

Hastings, Mitchell e Chyn (2012) revelam também um estudo onde apuram que indivíduos com níveis mais elevados de Literacia Financeira tendem a pagar menos comissões em produtos de financeiros. Clark, Lusardi e Mitchell (2015), num estudo realizado entre os trabalhadores da Reserva Federal Americana, concluíram que indivíduos com mais Literacia Financeira são mais participativos e têm expectativas mais altas em obter um maior retorno nas suas aplicações de poupança. Jappelli e Padula (2013 e 2015) evidenciaram que em países que possuem sistemas de segurança social mais

generosos, os seus cidadãos apresentam menores níveis de participação em mercados de investimento, pois existem menos incentivos e menos necessidade em investirem em conhecimentos financeiros. Os mesmos autores demonstraram também a existência de uma relação positiva entre Literacia Financeira e acumulação de capital ao longo da vida e que, apesar do investimento em conhecimentos financeiros ser algo dispendioso é rentável no longo prazo, trazendo assim, melhores oportunidades financeiras, melhoria nos comportamentos de poupança e na redução dos custos de participação no mercado bolsista.

Yoong (2010) conclui que a falta de conhecimentos financeiros reduz a participação e propensão de possuir ativos mobiliários. Por outro lado, um estudo que utiliza dados recolhidos na Alemanha, sugere que indivíduos com baixos níveis de Literacia Financeira afetados pela crise financeira de 2008 venderam grande parte da sua carteira de investimento a um preço bem abaixo do seu valor real, mostrando que decisões tomadas no curto prazo têm impacto a longo prazo na acumulação de capital (Bucher-Koenen e Ziegelmeyer 2013). O mesmo estudo revela que os investidores mais letrados financeiramente tendem a estar mais bem preparados em momentos de recessão. Von Gaudecker (2015) recorre a um inquérito realizado na Holanda e observou uma relação positiva entre aconselhamento e conhecimentos financeiros na diversificação de ativos em mercados de capitais, concluindo ainda que, indivíduos com menos Literacia Financeira possuem menos propensão em diversificar os seus investimentos. Em Portugal também Abreu e Mendes (2010) já tinham observado o mesmo comportamento entre os investidores Portugueses.

Finalmente Lusardi, Michaud e Mitchell (2017) revelam um estudo elaborado nos Estados Unidos da América e concluíram que as variações dos níveis de conhecimentos financeiros da população podem ser responsáveis por cerca de 30% a 40% das desigualdades económicas entre indivíduos. Realçam ainda que pessoas com mais conhecimentos são mais bem-sucedidas, ao longo da sua vida, na alocação de recursos financeiros e obtêm resultados mais positivos na generalidade.

2.5 Síntese de tendências e desenvolvimento de Hipóteses

Dada a revisão de literatura referenciada nos subcapítulos anteriores, principalmente nos inquéritos já realizados entre 2010 e 2015 em Portugal, são apurados um conjunto de tendências:

- 1. Os níveis de Literacia Financeira da população portuguesa apresentam algumas lacunas;*
- 2. Não existe um grande foco, nem confiança no Planeamento de Pensões em Portugal;*
- 3. Existe uma associação geral, identificada em vários estudos, que relacionam os níveis de Literacia Financeira dependendo de certos aspetos sociodemográficos;*

Desse modo, sendo que esta dissertação visa relacionar os níveis de Literacia Financeira com o Planeamento de Pensões, são lançadas duas hipóteses de investigação:

- H1. Existe uma relação direta entre os níveis de Literacia Financeira e Planeamento de Pensões em Portugal;*
- H2. Existe uma relação entre o Planeamento de Pensões e aspetos sociodemográficos;*

2.6 O sistema atual de Pensões públicas em Portugal

O Estado executa um papel predominante na gestão e garantia das pensões, seja em Portugal ou nos restantes países europeus. Um sistema de funções público afeta de forma direta as finanças públicas, estando englobadas nos sucessivos orçamentos de Estado. É o Estado que assume a maior parte dos riscos no atual sistema de pensões, sendo este considerado um seguro e um meio de transferir rendimento para o período de reforma, mas também um instrumento para reduzir a pobreza e a desigualdade (Lagoa e Barradas 2018).

Foi a partir da década de 70, sobretudo após o 25 de Abril de 1974, que se evidenciaram várias alterações na Constituição em Portugal, sendo deste modo incrementado um sistema de direito à Segurança Social com a finalidade de se tornar universalizado. A implementação da pensão social, beneficiando todos os cidadãos com mais de 65 anos que não exercessem qualquer atividade remuneratória, foi uma das medidas visadas com o objetivo respeitar um conjunto de princípios, como a universalidade, igualdade e solidariedade integrantes na atual Lei de Bases da Segurança Social.

Atualmente existem dois regimes de pensões públicas em Portugal:

- O Regime de Proteção Social Convergente, que abrange os funcionários da função pública, contratados até 31 de dezembro de 2005, sendo gerido pela Caixa Geral de Aposentações.

- O Sistema de Segurança Social, abrangente aos trabalhadores do setor privado e funcionários públicos contratados a partir de 1 de janeiro de 2006.

Quanto ao seu financiamento, os benefícios contributivos do sistema previdencial são financiados por contribuições de empregados e empregadores. Este sistema deve ser essencialmente autofinanciado, tendo uma relação direta entre a obrigação legal de contribuir e o direito de receber benefícios, sistema designado como “defined benefit” – (DB), sendo que a durabilidade do percurso profissional e salário recebido são consideradas determinantes para o cálculo da reforma a receber. Esta lógica de financiamento também é designada como PAYG (pay-as-you-go).

No caso concreto da Caixa Geral de Aposentações o sistema contributivo é considerado menos autónomo comparativamente ao regime geral, visto que as contribuições recebidas e pensões pagas são suportadas financeiramente pelo Orçamento de Estado. Este sistema foi, entretanto, encerrado em 2005 e irá pouco a pouco, acabar por esvanecer.

As contribuições não têm um limite máximo e a taxa de contribuição é de 34,75% da remuneração bruta (11% paga pelo trabalhador e 23,75% pela respetiva entidade patronal). Para os trabalhadores independentes, a taxa de contribuição é de 29,6% da remuneração ilíquida.

Quanto a idade permitida para solicitar a pensão, também foi sofrendo alterações ao longo do tempo. Em 2013, com a implementação do fator de sustentabilidade ligado à esperança média de vida, a idade mínima para adesão à reforma por velhice tem sofrido sucessivos aumentos. Em 2019 é fixada nos 66 anos e 5 meses, uma das mais elevadas da OCDE (OCDE 2017).

Diretamente relacionado com o modo de autofinanciamento do sistema geral da Segurança Social, não se pode deixar de abordar os dados demográficos, no qual serão determinantes para a sua sustentabilidade.

De acordo com o Eurostat, num trabalho intitulado “2018 Ageing Working Group pension projection exercise” executado pelo Ministério das Finanças português ao abrigo da Comissão Europeia (European Commission 2018) e que visa prever as condições futuras dos regimes de pensões da União Europeia, Portugal revela problemas demográficos que colocam em causa a sua sustentabilidade financeira.

De acordo com a Figura 6, no qual identifica alguns indicadores demográficos previstos, poderá notar-se uma tendência negativa na totalidade da população portuguesa, entre 2016 e 2070 é previsto uma descida de aproximadamente 24%.

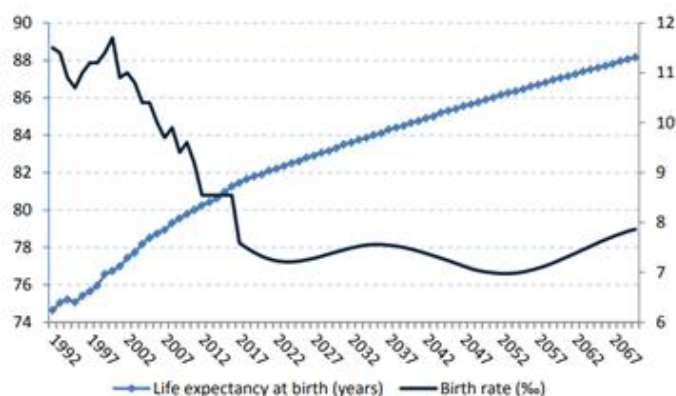
Figura 6 – Evolução Demográfica em Portugal 2016 - 2070 (European Commission 2018)

Evolução Demográfica em Portugal							
	2016	2020	2030	2040	2050	2060	2070
População (milhares)	10 325,10	10 192,90	9 864,40	9 535,60	9 089,90	8 523,50	7 984,40
População - taxa de crescimento	-0,3	-0,3	-0,3	-0,4	-0,6	-0,7	-0,6

Esta diminuição da população é explicada pela descida acentuada da taxa de fertilidade, sendo de momento a taxa mais baixa da Europa. É pressionada ainda pelo decréscimo das taxas de natalidade apuradas em Portugal nos últimos 20 anos.

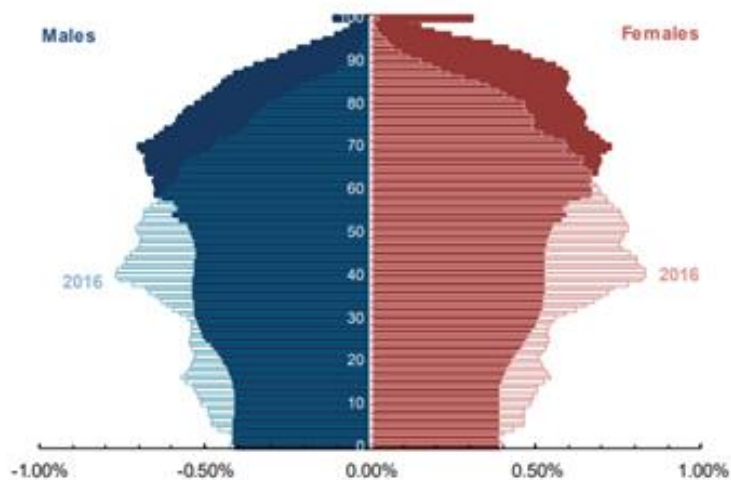
No sentido inverso, a esperança média de vida apresenta valores cada vez mais altos prevendo um aumento da idade dos 82 anos para os 88 anos entre 2016 e 2070, como se pode confirmar na Figura 7.

Figura 7 – Esperança média de vida e taxa de natalidade - Portugal (INE e Eurostat)



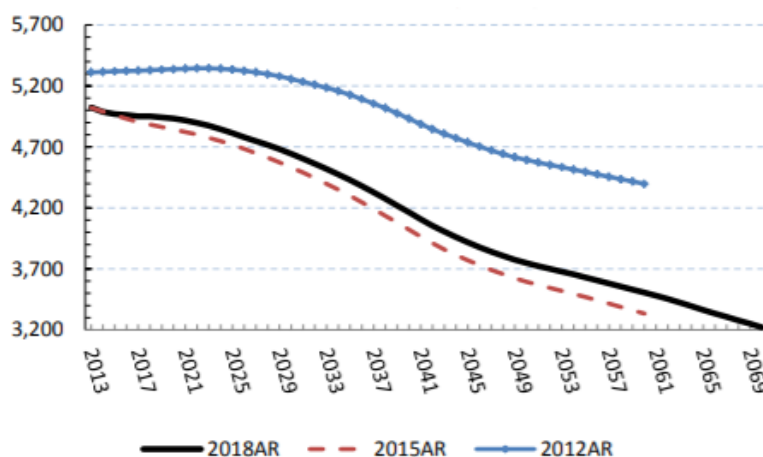
A combinação destes acontecimentos, juntamente com o aumento da taxa de dependência, ou seja, a população com mais de 65 anos sobre a população entre os 20 e os 64 anos (este estudo prevê um aumento que ultrapassa os 67% até 2070) poderão levar Portugal a obter uma estrutura demográfica fortemente pressionada com a diminuição da sua população mais jovem e ativa, como é possível verificar na Figura 8.

Figura 8 – Pirâmide etária – Portugal 2016 vs 2070 (Eurostat)



Também de acordo com as projeções do Eurostat, Portugal irá perder mais de um terço da sua capacidade de mão-de-obra (população entre 15 e 64 anos) entre 2016 e 2070, de acordo com a Figura 9, uma queda ainda maior comparativamente ao total da sua população. Ainda assim, avaliando os anteriores exercícios de previsão realizados nos anos 2012 e 2015, evidenciaram-se uma ligeira recuperação e algumas correções, possivelmente derivada à recente retoma económica e diminuição das taxas de desemprego, após a crise internacional iniciada em 2008 (OCDE 2019).

Figura 9 – Capacidade de mão-de-obra – Portugal população entre 15 e 64 anos (Eurostat)



Após várias reformas executadas nas últimas décadas, a Segurança Social em Portugal aderiu às melhores práticas recomendadas pela OCDE. A consideração de toda a carreira contributiva para a definição do valor da pensão, as medidas de desincentivo para antecipar a idade da reforma (neste momento permitido aos 60 anos de idade) e à ligação da idade legal de reforma com a esperança média de vida (Lagoa e Barradas 2018) são algumas medidas consideráveis.

De acordo com a Figura 10, também o saldo previsto nas próximas décadas, apresentam valores significativamente mais positivos comparado ao último estudo apresentado em 2015. Contudo, ainda são valores considerados pouco sustentáveis e que projetam entrar em déficit em 2030. Também Moreira (2019) revelou recentemente um estudo que projeta a entrada em déficit do sistema da Segurança Social no ano de 2028, havendo a necessidade de ser socorrido pelo Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, que corre o risco de ser esgotado na década seguinte.

Fica a questão se os valores das futuras pensões serão os mais adequados e suficientes em detrimento dos problemas demográficos que o país, no futuro, prevê enfrentar.

Figura 10 – *Projeções financeiras do sistema de pensões – Portugal 2016 vs 2070 (Ageing Report 2018)*

Projeções financeiras do sistema de pensões em Portugal e AE do Ageing Report 2018 (em % do PIB)							
Portugal	2016	2020	2030	2040	2050	2060	2070
Contribuições para o sistema de pensões público	13,1	12,8	11,9	11,1	11,0	11,8	12,3
Despesa pública bruta em pensões	13,5	13,6	14,3	14,7	13,7	12,0	11,4
Despesa pública bruta em pensões contributivas	10,7	10,9	11,7	12,1	11,1	9,6	9,2
Saldo do sistema público de pensões contributivas	2,4	2,0	0,2	-1,0	-0,1	2,2	3,1
Subsídio de desemprego	0,9	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Saldo do sistema público de pensões contributivas e subsídio de desemprego	1,6	1,2	-0,5	-1,6	-0,7	1,6	2,5

2.6.1 Planos de Poupança

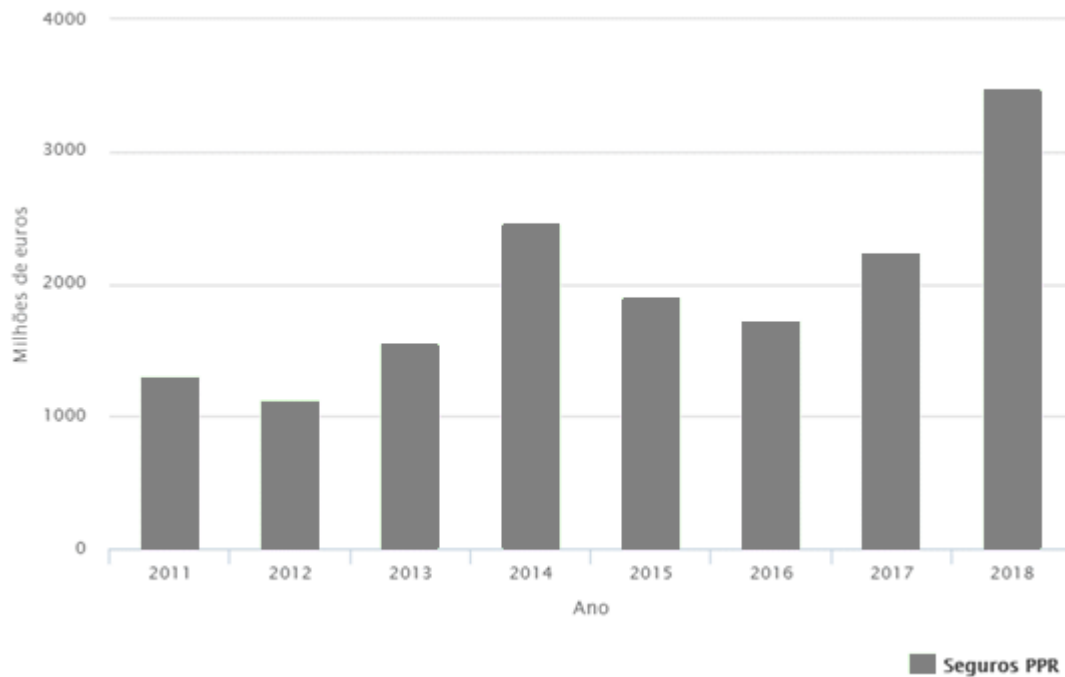
As pensões privadas existentes em Portugal são, na maioria dos casos, complementares às implementadas pelos sistemas públicos de pensões, baseiam-se no método de capitalização financeira das contribuições dos seus membros, participantes e beneficiários, ao contrário do sistema público que funciona maioritariamente num método de repartição. Estes tipos de pensões privados são geridos por entidades financeiras desde bancos a gestoras de fundos ou por companhias de seguro do ramo vida.

Um dos produtos financeiros mais vocacionados para a poupança a médio-longo prazo, com a finalidade de contribuir para complementar a pensão pós-carreira, são os planos de poupança-reforma.

Estes fundos de poupança podem assumir várias formas, desde fundos de investimento mobiliário, fundos de pensão ou fundos autónomos de modalidade de seguro, sendo que o mais representativo é de momento a modalidade de seguro (ASF 2017).

Os últimos dados avançados, ainda que provisórios em 2018 pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) via nota informativa, referem que as aplicações em PPR, sob forma de seguro ascenderam os 50%, atingindo quase os 3,5 mil milhões de euros, mostrando desde 2016 uma evolução significativa, como indica a Figura 11.

Figura 11 – Evolução da produção de seguros PPR em Portugal (ASF)



Neste momento os PPR beneficiam de um regime fiscal mais favorável para os investidores, sendo que permite uma dedução de 20% no IRS do montante investido e no caso de resgate é aplicado uma taxa de 21,5% (se o investimento se manter até cinco anos) em vez dos habituais 28% aplicados nos outros produtos de poupança. No caso de o prazo de investimento superar os cinco anos, essa taxa é reduzida para os 8%.

É de salientar que os seguros PPR são considerados mais defensivos, garantindo o capital a um rendimento mínimo. São considerados produtos de menor risco, logo de menor rentabilidade, comparativamente aos fundos PPR. Os fundos PPR assemelham-se a fundos de investimento mobiliário e o investidor poderá acompanhar a evolução desse investimento no mercado, podendo haver a possibilidade de obter perdas no montante investido.

Em Portugal, são procurados maioritariamente por indivíduos de rendimentos elevados, já que as pessoas de menor rendimento têm dificuldade em fazer poupança voluntária para a reforma (Lagoa e Barradas 2018).

3 Metodologia

3.1 O instrumento de recolha de dados

Para a realização deste trabalho foi desenhado um inquérito para aplicar junto da população portuguesa. A construção do instrumento de recolha de dados segue de perto o utilizado por Lusardi e Mitchell (2011c) e no qual foi implementado no Health and Retirement Study em 2004, nos Estados Unidos da América. Foram também consideradas algumas questões presentes no inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa realizado em 2015 pela CNSF e que são particularmente pertinentes em face das idiosincrasias do nosso país. Assim o inquérito final, disponível no Apêndice 1, utiliza 30 questões agrupadas em quatro secções: Perfil Pessoal, Planeamento de Pensões, Literacia Financeira e Perfil de Poupança.

Na primeira secção são abordadas informações sociodemográficas como: o género, idade, estado civil ou habilitações literárias entre outras. Possui como objetivo relacionar os níveis de conhecimento e planeamento dependendo das características sociodemográficas do inquirido, mas sempre respeitando o seu anonimato. Na secção seguinte, Planeamento de Pensões, tem como principal propósito identificar quais os inquiridos que planearam, ou tentaram planear um montante para o período da reforma. São designados *Planners*, os inquiridos que possuem indícios de planeamento e *Non-Planners*, os inquiridos que não revelam indícios de planeamento. Com base noutros inquéritos, esta caracterização é maioritariamente definida no conjunto de duas questões. A primeira pergunta aborda de forma direta se o inquirido “*Alguma vez planeou, ou tentou planear, o montante que precisaria de poupar para o período da reforma?*” e a segunda questão permite indicar, num conjunto de situações, qual a frase que melhor descreve o planeamento da sua reforma até ao momento. As duas perguntas podem ser consultadas no inquérito no Apêndice 1 desta dissertação (questões 10 e 11).

Cumulativamente, a secção 2 visa perceber as motivações e fundamentos do Planeamento de Pensões em Portugal. Questiona qual a perceção que os inquiridos possuem sobre o funcionamento da Segurança Social Nacional e sobre a existência em investimentos atuais em planos de poupança reforma.

A secção 3 pretende avaliar os níveis de Literacia Financeira, através de três perguntas essenciais de avaliação. As primeiras duas questões abordam a capacidade de resolução numérica e o entendimento sobre conceitos básicos de economia, mais direcionados para a poupança (inflação ou a noção do funcionamento dos juros). A terceira questão avalia o nível de familiaridade dos inquiridos com dois tipos de investimentos financeiros (percecionando os diferentes níveis de risco e diversidade na alocação de capitais). Este conjunto de questões alcança uma variedade de temáticas, nas quais Lusardi (2008) identifica como as principais dificuldades por parte da população em geral, em conceitos na área económica/financeira consideradas mais básicas.

Detalhadamente, as três questões para apurar os níveis de Literacia Financeira são:

- **Compreensão das taxas de juro (capacidade numérica):** Suponha que tem 100 euros numa conta bancária, remunerados a uma taxa de juro de 2% ao ano. Ao fim de 5 anos, qual será o saldo da sua conta admitindo que não faz qualquer levantamento ou reforço de capital?

- a) Mais de 102€
- b) Exatamente 102€
- c) Menos de 102€
- d) Não sei/Não Responde

- **Compreensão de inflação:** Imagine que pode subscrever um depósito a prazo que oferece uma taxa de remuneração de 1% ao ano. Admita ainda que a inflação anual é de 2%. Nestas condições, valerá a pena colocar a sua poupança neste depósito a prazo?

- a) Sim
- b) Não**
- c) Não sabe/Não Responde

- **Compressão de risco e diversificação:** Qual o produto financeiro que considera mais arriscado?

- a) **Ações de uma empresa**
- b) Fundos de investimento
- c) Têm o mesmo nível de risco
- d) Não sei/Não Responde

Sendo este tipo de metodologia ter sido previamente usado em vários países, devidamente referenciados no capítulo de Revisão de Literatura deste trabalho, será possível comparar e relacionar alguns dados extraídos internacionalmente com a informação obtida em Portugal. Os dados internacionais podem ser consultados no Anexo 1 desta dissertação.

Foi ainda formulada uma questão que permite aos inquiridos autoavaliarem os seus conhecimentos sobre os produtos financeiros afetos ao investimento. Também é questionado se receberam formação na área financeira no passado. A secção inclui, por fim, uma questão sobre juros compostos que visa aferir até que ponto os inquiridos sabem utilizar esta forma de computação de juros.

Finalmente, a secção 4 inclui um conjunto de questões que permitem conhecer hábitos de poupança, exposição de dívida e na avaliação de património\rendimento dos inquiridos. Estas dimensões serão posteriormente instrumentais para a construção dos resultados desta dissertação.

Importa enfatizar dois aspetos importantes. Primeiro, o especial cuidado que se teve na simplificação das perguntas utilizadas de forma a permitir que o inquirido as interpretasse com relativa facilidade e rapidez. Foi ainda realizado uma pré-validação do instrumento com base na resposta de um número limitado de pessoas aleatoriamente escolhidas de entre os contactos pessoais do autor desta dissertação, seus orientadores e respondentes anónimos contactos por via eletrónica. Este teste foi bastante útil já que permitiu melhorar a redação de algumas questões, tendo ainda alertado a investigação para a necessidade de proceder à substituição de outras por versões mais simples.

3.2 Recolha de dados

As respostas ao inquérito foram obtidas por duas formas. A primeira na sua versão eletrónica com recurso à ferramenta Google Forms. Em particular, o instrumento foi carregado para este sistema e disponibilizado através das redes sociais entre a última semana de janeiro e a segunda semana de março de 2019.

Cumulativamente, com a necessidade de aumentar o número de respostas obtidas levou a que se procedesse à recolha de respostas através da aplicação de um inquérito físico. Por conveniência, tal aconteceu na segunda semana de março de 2019 nas instalações da Loja do Cidadão no Porto, localizada na Torre das Antas.

É de referir que, sendo este um trabalho que visa estudar a problemática da constituição de planos de reforma em Portugal foram apenas inquiridas pessoas que cumulativamente cumprissem as seguintes condições: a) Ter no mínimo 18 anos de idade; b) Ser de nacionalidade portuguesa; c) Não se encontrar em situação de reforma/aposentaria.

3.3 Análise dos dados

Nesta dissertação é usada um tipo de metodologia já utilizada em diversos trabalhos efetuados internacionalmente, como anteriormente referido. A base de análise utiliza um conjunto de tabelas de contingência de forma apurar os resultados. Em casos particulares são referenciados os valores dos testes de projeções com o objetivo de reforçar a veracidade e significância das respostas obtidas no inquérito descrito. Posteriormente na parte final deste trabalho, os dados são testados usando o modelo de regressão logística, de forma a considerar as hipóteses anteriormente avançadas. Para analisar a relação entre Literacia Financeira e Planeamento de Pensões é definido uma variável dependente, no caso respeitante ao planeamento, que será testada com um conjunto de variáveis independentes referentes aos níveis de Literacia Financeira obtidos no inquérito, e com os dados sociodemográficos dos inquiridos.

No Apêndice 3 desta dissertação, encontram-se todas as variáveis consideradas, bem como a descrição dos indicadores e categorias previamente definidos. O processo de análise é uniformizado com outros trabalhos já realizados nesta temática, de forma a

possibilitar a comparação de dados e avaliar diferentes cenários dependendo da realidade de cada país.

4. Apresentação de resultados

4.1 Caracterização da amostra

No final do processo de recolha dos dados foram obtidas 202 participações, 162 via online e 40 via formato físico. Contudo, dois questionários físicos não estavam devidamente preenchidos pelo que tiveram de ser excluídos. Assim, foram recolhidas 200 participações devidamente validadas. A amostra prevista era de 100 respostas, tendo sido duplamente superado.

De forma sumária, a média de idades dos respondentes presentes na amostra situa-se nos 35 anos, sendo que 53% dos mesmos são do género masculino. Cerca de 49% são solteiros e a larga maioria completou o ensino superior: 68% do total. Quanto à ocupação profissional, 76% dos respondentes trabalha por conta de outrem. Cerca de 40% dos participantes afirmam que o seu rendimento mensal líquido se situa entre os 1000 e 2500 euros. A amostra encerra respostas de várias zonas do país, havendo no entanto, uma relativa concentração nos distritos de Faro, Porto e Lisboa. Todos os detalhes das características da amostra podem ser consultados na tabela em Apêndice 2 deste trabalho.

Os inquiridos responderam a três questões centrais nas quais permitem avaliar o seu nível de Literacia Financeira dependendo do número de respostas certas, respeitando assim a metodologia mencionada no capítulo anterior. Numa primeira fase serão analisadas as respostas nas questões nucleares que permitem avaliar os níveis de Literacia Financeira. Na segunda parte consistirá em relacionar e analisar todas as características sociodemográficas possíveis, de forma identificar o perfil do indivíduo dependendo do seu nível de Literacia Financeira. Finalmente na terceira e última fase serão divulgados os resultados da autoavaliação dos inquiridos e avaliado se corresponde aos dados reais do inquérito.

4.2 Apresentação de resultados dos níveis de Literacia Financeira

4.2.1 Compressão e cálculo de Juros

Como demonstra a Tabela 1, 84,5% dos inquiridos responderam corretamente à questão que permite avaliar se os inquiridos compreendem o funcionamento e cálculo das taxas de juro. Já 10,5% dos inquiridos não acertaram e 5% não responderam ou não souberam responder. A qualidade das respostas retirando a participação dos inquiridos mais jovens, até aos 25 anos, não varia mais que 0,5% em todos os cenários apresentados.

Tabela 1 - Questão sobre Juros

Suponha que tem 100 euros numa conta bancária, remunerados a uma taxa de juro de 2% ao ano. Ao fim de 5 anos, qual será o saldo da sua conta admitindo que não faz qualquer levantamento ou reforço de capital?

	Toda a amostra	Idade 25-65
Mais de 102€	84,50%	84,02%
Exatamente 102€	3,50%	3,55%
Menos de 102€	7,00%	7,69%
Não sei/Não Responde	5,00%	4,73%
<i>Número de observações</i>	<i>200</i>	<i>169</i>

Em 2015, o CNSF colocou a mesma questão e obteve 58,4% de inquiridos que responderam corretamente.

Comparativamente a outros estudos internacionais avaliando a mesma questão, esta amostra revela estar em linha com estudos internacionais, no caso, Nova Zelândia com 86% das respostas certas seguido da Holanda e Austrália com 84,8% e 83,1% respetivamente. No cenário oposto temos a Roménia e o Chile, com valores comparáveis de 41,3% e 47,4%, respetivamente.

4.2.2 Compreensão de Inflação

Esta questão tem duas finalidades. A primeira é perceber até que ponto o respondente tem conhecimento sobre o que é o conceito de inflação. A segunda visa aferir a sua capacidade de perceber o impacto da mesma sobre um certo investimento financeiro.

Analisando as respostas, visíveis na Tabela 2, 78,5% dos inquiridos respondeu acertadamente neste cenário de investimento, considerado bastante habitual no presente, apesar das baixas taxas de juro atuais. 13% da amostra deu a resposta incorreta e 8,5% não sabe ou não quer responder. Considerando apenas as respostas dos mais jovens não altera a conclusão anterior.

Tabela 2 - Questão sobre Inflação

Imagine que pode subscrever um depósito a prazo que oferece uma taxa de remuneração de 1% ao ano. Admita ainda que a inflação anual é de 2%. Nestas condições, valerá a pena colocar a sua poupança neste depósito a prazo?

	Toda a amostra	Idade 25-65
Não	78,50%	77,51%
Sim	13,00%	14,79%
Não sei/Não Responde	8,50%	7,69%
Número de observações	200	169

O inquérito desenvolvido pela CNSF em 2015 explora este tema através de dois aspetos distintos. O primeiro é o conhecimento do conceito da inflação, onde se encontra 87% de respostas corretas. O segundo, muito similar ao utilizado no presente trabalho, analisa o efeito da inflação sobre o poder de compra. No caso do CNSF apenas 52,9% dos inquiridos responderam corretamente.

Os resultados obtidos estão em linha com os reportados em estudos realizados na Nova Zelândia (81% de respostas acertadas) e Alemanha (78,4%). No sentido oposto temos a Roménia e o Chile, com taxas de acerto à questão proposta de apenas 31,8% e 17,7%, respetivamente.

4.2.3 Compreensão de Diversidade e Risco

Finalizando a série de 3 questões centrais na avaliação dos índices de Literacia Financeira, é abordado qual o tipo de investimento que implica mais risco num cenário de aplicação financeira. O objetivo desta pergunta é avaliar o conhecimento dos inquiridos em dois tipos de investimentos financeiros. É nesta questão que os inquiridos apresentam pior performance. De facto, apenas 50,5% referem as ações de uma empresa como sendo o produto mais arriscado. 25% dos respondentes indicam que os dois produtos financeiros partilham o mesmo nível de risco e 16% referem os fundos de investimento como o investimento mais arriscado, mostrando um alegado desconhecimento no conceito de diversidade na área de investimento, ou mesmo da própria definição de fundo de investimento. Não existe grande discrepância entre os valores totais da amostra e os valores obtidas da população entre os 25 e 65 anos.

Tabela 3 – Questão sobre Diversidade e Risco
Qual o produto financeiro que considera mais arriscado?

	Toda a amostra	Idade 25-65
Ações de uma empresa	50,50%	49,11%
Fundos de investimento	16,00%	17,16%
Têm o mesmo nível de risco	25,00%	24,85%
Não sei/Não Responde	8,50%	8,88%
<i>Número de observações</i>	<i>200</i>	<i>169</i>

O mau desempenho poderá dever-se à geral pouca participação dos Portugueses no mercado de valores mobiliários. Segundo o inquérito da CNSF de 2015, apenas 4,4% dos Portugueses afirmam possuírem investimentos neste tipo de mercado e destes apenas 41,7% indicam ter investido em fundos de investimento.

No contexto internacional, os resultados obtidos situam-se na “média”. Países como a Suíça e Suécia revelam um nível de conhecimento bastante mais alto sobre este tópico (73,5% e 68,4 respetivamente). Noutra extremo, a Roménia e a Rússia (12,8%) apresentam os piores resultados (14,7% e 12,8% respetivamente).

4.2.4 Cruzamento de respostas e utilização de juros compostos

Avaliado as três questões individualmente, foi realizado um cruzamento de respostas de forma a obter um cenário global dos valores obtidos, representado na Tabela 4. No geral da amostra os inquiridos conseguiram obter um resultado considerado positivo na intersecção de conhecimentos entre juros e inflação, atingindo os 68,5%, existindo uma diferença pouco considerável para a população entre os 25 e 65 anos (66,86%). Contudo, analisando a totalidade das 3 questões serem respondidas corretamente, sendo este o indicador mais relevante nesta dissertação, o valor desce para os 39,50%. Neste ponto é visível a maior diferença descontando a participação da população mais jovem, até aos 25 anos, que resulta nos 36,69%. O cenário em que nenhum inquirido acertou nas 3 questões é pouco acentuado ficando nos 4%, tal como a indicação de pelo menos 1 questão assinalada como “*não sabe ou não responde*” obtendo 17,5%.

Tabela 4 – Intersecção de Questões

	Toda a amostra	Idade 25-65
Corretas: Juros e Inflação	68,50%	66,86%
Todas corretas	39,50%	36,69%
Nenhuma correta	4,00%	3,55%
Pelo menos 1 NS\NR	17,50%	18,34%
Todas NS\NR	0,50%	0,59%
<i>Número de observações</i>	<i>200</i>	<i>169</i>

Comparando com os resultados alcançados nos diferentes países, esta amostra consegue alcançar um lugar intermédio na avaliação dos níveis de Literacia Financeira. No conjunto das 3 repostas certas, Alemanha e Suíça obtiveram os melhores resultados com 53,2% e 50,1% respetivamente, ficando a Roménia e a Rússia com valores mais negativos, com cada país a não atingir os 5%.

O inquérito realizado inclui ainda, uma questão que permite perceber em que medida os respondentes sabem utilizar o conceito de juro composto. Este tema é também ocasionalmente considerado central para determinação do nível de Literacia Financeira, como já foi verificado noutros estudos.

Como se pode observar na Tabela 5, mais de metade dos inquiridos respondeu de forma correta e 9,5% não sabem ou não respondem à questão.

Tabela 5 – Questão sobre Juros Compostos

Suponha que investe 2000€ num depósito a prazo que oferece um juro composto anual de 10%. Quantos anos necessita para que o seu investimento duplicasse para os 4000€?

	Toda a amostra	Idade 25-65
Entre 0 e 5 anos	3,50%	2,96%
Entre 5 e 10 anos	52,50%	50,30%
Entre 10 e 15 anos	34,50%	36,09%
Não sei/Não Responde	9,50%	10,65%
<i>Número de observações</i>	<i>200</i>	<i>169</i>

O inquérito realizado pela CNSF em 2015 também recorre a esta questão. Nesse caso, apenas 39,5% das pessoas souberam responder corretamente à questão.

4.3 Determinantes da Literacia Financeira

Esta subsecção pretende perceber que fatores ajudam a explicar o nível de Literacia Financeira. Assim, as respostas relativas a esta temática são combinadas com as variáveis demográficas incluídas no inquérito (i.e., idade, género, habilitações literárias e ocupação). Cumulativamente, considera-se também a formação do respondente na área financeira por via-académica ou no seu local de trabalho. Os resultados obtidos podem ser consultados na Tabela 6.

Tabela 6 - Distribuição de respostas às questões sobre Literacia Financeira por *Idade, Género, Educação, Ocupação e Rendimento*.

Factor	Q. Juro Simples (%)		Q. Inflação (%)		Q. Diversidade/Risco (%)		Total (%)		Q. Juros Compostos (%)		N
	Correto	NS/NR	Correto	NS/NR	Correto	NS/NR	Todas as 3 corretas	Pelo menos 1 NS/NR	Correto	NS/NR	
Idade											
<= 25	94,9	5,1	82,1	12,8	59,0	7,7	53,8	15,4	64,1	2,6	39
26 - 35	86,6	4,5	79,1	13,4	61,2	9,0	43,3	20,9	50,7	9,0	67
36 - 45	86,2	3,4	72,4	3,4	44,8	10,3	36,2	17,2	56,9	10,3	58
> 45	72,2	8,3	83,3	2,8	30,6	5,6	22,2	13,9	36,1	16,7	36

Género											
Masculino	91,5	1,9	84,9	5,7	69,8	3,8	56,6	9,4	63,2	7,5	106
Feminino	76,6	8,5	71,3	11,7	28,7	13,8	20,2	26,6	40,4	11,7	94
Educação											
Sem ensino secundário completo	45,5	18,2	63,6	18,2	18,2	9,1	9,1	36,4	45,5	27,3	11
Com ensino secundário completo	63,6	13,6	77,3	9,1	45,5	9,1	9,1	27,3	18,2	18,2	22
Frequência Universitária	90,3	6,5	80,6	12,9	51,6	12,9	48,4	16,1	58,1	6,5	31
Ensino Superior completo	89,7	2,2	79,4	6,6	53,7	7,4	44,9	14,7	57,4	7,4	136
Ocupação											
Desempregado	63,6	27,3	81,8	9,1	54,5	18,2	45,5	45,5	45,5	45,5	11
Trabalhador por conta de outrem	86,2	3,3	78,3	7,2	50,0	6,6	37,5	15,1	52,6	7,2	152
Trabalhador por conta própria	75,0	5,0	75,0	15,0	45,0	15,0	35,0	20,0	40,0	10,0	20
Não-trabalhador*	94,1	5,9	82,4	11,8	58,8	11,8	58,8	17,6	70,6	5,9	17
Educação Financeira											
Com Educação Financeira	96,7	1,1	83,7	4,3	58,7	5,4	54,3	8,7	67,4	5,4	92
Sem Educação Financeira	74,1	8,3	74,1	12,0	43,5	11,1	26,9	25,0	39,8	13,0	108
Observações 200											

Nota: * A categoria *Não-Trabalhador* inclui todos os indivíduos que não estão inseridos no mercado de trabalho, no caso: Estudantes, Bolseiros, etc. ** A categoria Trabalhador por conta de outrem, engloba trabalhadores a full-time, part-time e trabalhadores-estudantes.

A análise da Tabela 6 revela que:

Idade: O nível de Literacia Financeira regride à medida que a idade dos inquiridos aumenta. De facto, de uma forma geral, a população até aos 25 anos consegue melhores resultados mesmo quando se inclui a questão colocada sobre juros compostos na análise. Por outro lado, no geral, é o grupo acima dos 45 anos de idade que apresenta piores resultados, não obstante obter o melhor resultado na questão sobre inflação.

Género: A evidência sugere que o género feminino apresenta piores resultados nos índices de Literacia Financeira comparativamente aos homens. Dado a importância deste indicador foi efetuado um teste diferença de proporções ao qual é concluído que o teste à igualdade é rejeitado com um p-value inferior a 1%.

Este resultado apurado está em linha com resultados anteriormente produzidos noutros estudos internacionais. Outro fator de interesse e observado noutros países é a referência das mulheres optarem pela opção “Não Sabe ou Não Responde” com mais frequência. Nesta amostra esse padrão também se verifica.

Habilitações Literárias: Sem surpresas, os resultados obtidos correspondem ao padrão normal encontrado noutros estudos, os quais consistentemente mostram que o nível de Literacia Financeira melhora com o nível de qualificação académica dos respondentes. De facto, comparando os valores dos inquiridos que não concluíram o ensino secundário, apenas 9,09% acertaram na totalidade das questões enquanto 44,85% das pessoas que possuem o ensino superior completo responderam corretamente às 3 questões centrais sobre Literacia Financeira incluídas no instrumento de recolha de dados. Indivíduos com frequência universitária conseguem ter a maior percentagem de respostas certas nas questões sobre juros, inflação e também na totalidade das 3 perguntas.

Ocupação: Estudos anteriores indicam que a ocupação profissional interfere nos níveis de Literacia Financeira. A evidência recolhida mostra que os não-trabalhadores - na sua maior parte estudantes - conseguem o melhor desempenho em todas as categorias consideradas face aos restantes grupos. Importa referir que 58,82% dos indivíduos deste grupo respondeu corretamente às 3 questões. No lado inverso estão os trabalhadores por conta-própria: 35% da totalidade de respostas certas. Curiosamente, o grupo de pessoas desempregadas apresenta as percentagens mais elevadas na escolha da opção “Não Sabe ou Não Responde”, algo que pode evidenciar alguma falta de confiança nas suas respostas.

Educação Financeira: o inquérito utilizado questiona os respondentes sobre se os mesmos receberam algum tipo de formação financeira, seja esta de natureza académica ou no local de trabalho. O cruzamento da informação recolhida para esta dimensão com as dimensões relativas ao nível da Literacia Financeira é bastante revelador. A Tabela 6 mostra que 54,35% dos indivíduos que tiveram formação financeira responderam de forma correta às 3 questões de avaliação sobre Literacia Financeira. Em contraste, apenas 26,85% dos respondentes sem essa formação conseguem atingir o mesmo resultado. Desse modo, os respondentes com formação financeira apresentam melhor performance em praticamente todas questões consideradas. Cumulativamente, 25% dos inquiridos que não obtiveram formação financeira não respondeu ou não soube responder a pelo menos uma das questões. No caso inverso, apenas 8,7% das pessoas que receberam formação

optaram por não dar resposta. Sendo este um indicador relevante foi testado a diferença de proporções e é concluído que o teste à igualdade é rejeitado com um p-value inferior a 1% reforçando a sua significância.

4.4 Literacia financeira – Autoavaliação dos inquiridos

De forma a perceber as expectativas dos inquiridos e apurar as discrepâncias entre a sua perceção e o seu conhecimento real na temática de finanças foi colocada uma questão ao qual permitia o exercício de uma autoavaliação. A questão foi: *Numa escala de 1 a 5, no qual 1 corresponde a "muito baixo" e 5 "muito alto", como classifica a sua compreensão de conceitos básicos de finanças.* Os resultados a esta questão podem ser consultados na Tabela 7.

Tabela 7 - Distribuição da autoavaliação realizada pelos inquiridos sobre o seu nível conhecimento e compreensão de conceitos básicos de finanças por *Idade, Género, Educação, Ocupação e Rendimento*

	1	2	3	4	5	N	Valor Médio
Total da amostra	3,0%	9,5%	36,0%	31,0%	20,5%	200	3,6
Idade							
<= 25	5,1%	10,3%	25,6%	30,8%	28,2%	39	3,7
26 - 35	4,5%	6,0%	34,3%	37,3%	17,9%	67	3,6
36 - 45	0,0%	8,6%	46,6%	27,6%	17,2%	58	3,5
> 45	2,8%	16,7%	33,3%	25,0%	22,2%	36	3,5
Género							
Masculino	1,9%	3,8%	27,4%	39,6%	27,4%	106	3,9
Feminino	4,3%	16,0%	45,7%	21,3%	12,8%	94	3,2
Educação							
Sem ensino secundário completo	9,1%	18,2%	36,4%	27,3%	9,1%	11	3,1
Com ensino secundário completo	0,0%	9,1%	63,6%	18,2%	4,5%	22	3,1
Frequência Universitária	6,5%	9,7%	35,5%	32,3%	16,1%	31	3,4
Ensino Superior completo	2,2%	8,1%	31,6%	33,1%	25,0%	136	3,7

Ocupação							
Desempregado	9,1%	0,0%	36,4%	36,4%	18,2%	11	3,6
Trabalhador por conta de outrem	1,3%	9,9%	39,5%	30,3%	19,1%	152	3,6
Trabalhador por conta própria	5,0%	5,0%	25,0%	40,0%	25,0%	20	3,8
Não-trabalhador*	11,8%	17,6%	17,6%	23,5%	29,4%	17	3,4
Educação Financeira							
Com Educação Financeira	0,0%	5,4%	20,7%	35,9%	38,0%	92	4,1
Sem Educação Financeira	5,6%	13,0%	49,1%	26,9%	5,6%	108	3,1

Observações 200

Nota: * A categoria *Não-Trabalhador* inclui todos os indivíduos que não estão inseridos no mercado de trabalho, no caso: Estudantes, Bolseiros, etc. ** A categoria *Trabalhador por conta de outrem*, engloba trabalhadores a full-time, part-time e trabalhadores-estudantes

Como é possível observar, 51,5% dos inquiridos considera que os seus conhecimentos básicos de finanças são altos ou muito altos (4 – 5) e apenas 12,5% referem ter dificuldades com estas matérias (i.e., resposta de nível 1 ou 2).

Quando se fatoriza a idade na análise, verifica-se que são os mais jovens que apresentam níveis de autoconfiança mais elevados no que toca ao domínio das matérias financeiras. De facto, 59% respondem à questão colocada assinalando o nível 4 ou 5. O nível de autoconfiança reduz-se de forma gradual com o avançar dos patamares de idade considerados, fixando-se nos 47,2% para o escalão de pessoas com mais de 45 anos de idade. As diferenças ao nível do género são também consideráveis, 67% dos homens consideram dominar de forma muito satisfatória a temática das finanças (respostas nível 4 ou 5). Já o género feminino é bastante mais comedido: apenas 34,1% dizem estar num patamar de conforto nesta área elevado ou muito elevado.

A autoavaliação sobre conhecimentos de finanças também depende dos níveis de habilitações literárias do respondente, 58,1% daqueles que possuem ensino superior dizem-se conhecedores das matérias de finanças. O valor equivalente para aqueles que não acabaram o ensino secundário é de apenas 36,4%. A ocupação do respondente parece influenciar relativamente pouco a sua autopercepção sobre os seus conhecimentos de finanças. O valor mínimo de respostas 4 ou 5 nesta categoria é na classe trabalhador por conta de outrem, com 49,4%. Já o valor máximo materializa-se para a classe trabalhador por conta própria, com 65%. Finalmente, obtém-se um padrão particularmente claro

quando se cruza a existência ou não de educação financeira com a perceção dos conhecimentos sobre finanças. De facto, 73,9% daqueles que beneficiam desse tipo de formação dizem-se bastante conhecedores dos conceitos básicos de finanças. Tal contrasta com os 32,5% que respondem da mesma forma dado que nunca tiveram formação equivalente.

5 Apresentação de resultados – Planeamento de Pensões

5.1 As diversas facetas do Planeamento de Pensões

Esta subsecção demonstra a relação entre as variáveis ligadas ao Planeamento de Pensões e o conjunto de indicadores demográficos considerados neste estudo. A Tabela 8 resume os resultados.

Tabela 8 - Distribuição das respostas dos inquiridos quanto às expectativas e conhecimentos sobre o enquadramento legal do regime de pensões da Segurança Social em Portugal

	Sabe a idade da Reforma	Possui PPR	Sabe % para a S.S.*	Conhece a Lei de acesso à reforma	Confia na S.S.	N
Total da amostra (%)	52,0%	24,5%	94,2%	57,5%	30,5%	200
Idade						
<= 25	48,7%	12,8%	91,3%	53,8%	33,3%	39
26 - 35	47,8%	10,4%	91,8%	55,2%	25,4%	67
36 - 45	56,9%	37,9%	94,5%	60,3%	34,5%	58
> 45	55,6%	41,7%	100,0%	61,1%	30,6%	36
Género						
Masculino	48,1%	27,4%	94,4%	58,5%	39,6%	106
Feminino	56,4%	21,3%	93,9%	56,4%	20,2%	94
Educação						
Sem ensino secundário completo	45,5%	36,4%	72,7%	45,5%	0,0%	11
Com ensino secundário completo	68,2%	22,7%	81,8%	54,5%	9,1%	22
Frequência Universitária	41,9%	16,1%	100,0%	48,4%	29,0%	31
Ensino Superior completo	52,2%	25,7%	95,1%	61,0%	36,8%	136
Ocupação						
Desempregado	36,4%	9,1%	N/A	63,6%	9,1%	11

Trabalhador por conta de outrem	56,6%	27,6%	94,6%	61,2%	32,9%	152
Trabalhador por conta própria	35,0%	30,0%	94,1%	55,0%	15,0%	20
Não-trabalhador*	41,2%	0,0%	N/A	23,5%	41,2%	17

Educação Financeira

Com Educação Financeira	52,2%	21,7%	96,1%	64,1%	40,2%	92
Sem Educação Financeira	51,9%	26,9%	92,6%	51,9%	22,2%	108

Rendimento

Sem rendimento	33,3%	0,0%	N/A	41,7%	33,3%	12
Até 650 euros	44,0%	8,0%	85,7%	28,0%	16,0%	25
Entre 650 e 1000 euros	54,7%	15,6%	95,2%	59,4%	17,2%	64
Entre 1000 e 2500 euros	53,8%	36,3%	93,5%	66,3%	40,0%	80
Acima de 2500 euros	57,9%	42,1%	100,0%	63,2%	52,6%	19

Observações 200

Nota: * A categoria *Não-Trabalhador* inclui todos os indivíduos que não estão inseridos no mercado de trabalho, no caso: Estudantes, Bolseiros, etc. ** A categoria *Trabalhador por conta de outrem*, engloba trabalhadores a full-time, part-time e trabalhadores-estudantes. *Siglas no topo da Tabela: SS - Segurança Social; PPR – Plano de Poupança Reforma*

Conhecimento da idade da Reforma: Um dos fatores mais determinantes para se conseguir planear a reforma é conhecer a idade a partir da qual se poderá aceder ao regime geral de pensões (neste momento 66 anos e 4 meses.) Como é possível verificar, apenas 52% dos inquiridos respondeu corretamente a esta questão sendo que cerca de um terço dos respondentes indicou os 65 anos, i.e., a idade limite anteriormente legislada. Os resultados revelam que os inquiridos acima dos 35 anos, com o ensino secundário completo e os trabalhadores por conta de outrem são os grupos mais informados sobre esta temática.

Subscrição de Plano Poupança Reforma: Apesar do crescimento deste tipo de investimento, visto anteriormente neste trabalho, apenas 24,5% têm subscrito um plano de poupança reforma. Os inquiridos com mais de 45 anos revelam ser o grupo mais recetivo. Também é visível que a tendência de contratação aumenta com a maior disponibilidade de rendimento mensal obtido.

Conhecimento da percentagem descontada mensalmente para a Segurança Social: Importa referir que se optou por utilizar uma resposta de sim ou não no caso da questão associada a esta dimensão, já que existem em Portugal, diferentes regimes contributivos. Este facto pode ajudar a explicar a razão pela qual 94,2% dos inquiridos afirmam

conhecer quanto descontam mensalmente para a Segurança Social. Ainda assim, a evidência recolhida revela que os dois grupos de respondentes com níveis de habilitação literária mais baixos e os inquiridos com rendimento até 650€ parecem ser mais hesitantes nesta matéria.

Conhecimento sobre o enquadramento legal que regula o acesso ao regime de pensões da Segurança Social: 57,5% dos inquiridos afirma “*Estou bem informado*” ou “*Razoavelmente informado*” sobre a legislação em vigor. Os dados recolhidos mostram que o nível de conhecimento reportado cresce à medida que a idade do inquirido aumenta. Da mesma forma, indivíduos com ensino superior completo ou com educação financeira indicam ter mais conhecimento sobre esta temática.

Confiança na garantia que a Segurança Social atribuirá uma pensão condigna: A última questão colocada neste contexto visa perceber até que ponto o inquirido confia na sustentabilidade da Segurança Social. É possível observar que apenas 30,5% dos inquiridos acreditam que irão obter uma pensão condigna. É de destacar que são os homens que apresentam maior nível de confiança na Segurança Social. Este indicador é crescente com o aumento das habilitações literárias e com a existência de educação financeira. Indivíduos com um rendimento mensal superior a mil euros também parecem mais tranquilos nesta matéria, comparativamente àqueles que auferem rendimentos em escalões inferiores.

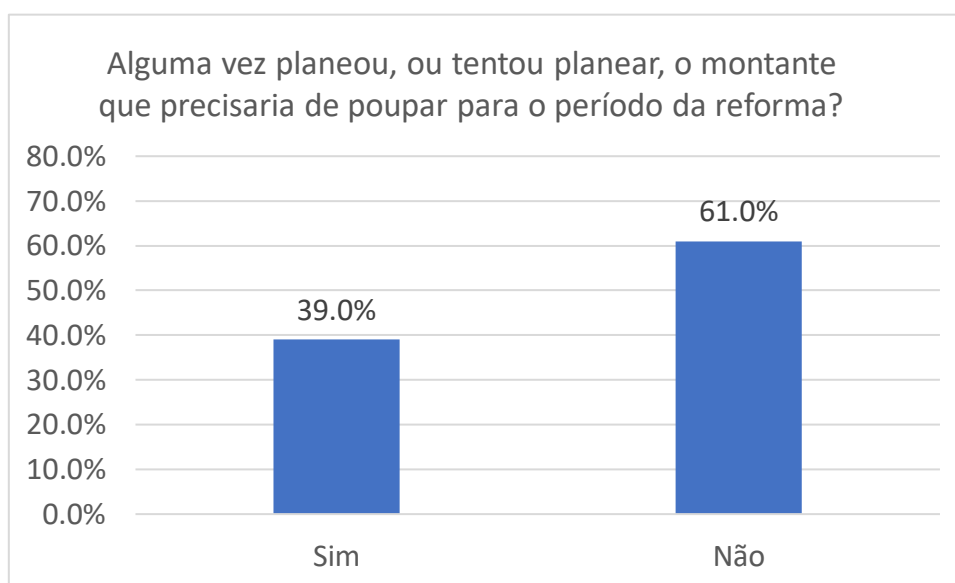
5.2 Apresentação de resultados – Planeamento de Pensões

O inquérito utilizado inclui duas questões que tentam esclarecer a forma como os respondentes encaram o seu planeamento. A primeira pergunta é direta, questionando o indivíduo sobre se alguma vez planeou, ou tentou planejar, o montante que precisaria de poupar para o período da reforma. A segunda questão é mais subtil, já que coloca o respondente perante um conjunto de situações hipotéticas, solicitando que escolha a frase que melhor descreve o seu planeamento da sua reforma até ao momento.

5.2.1 Planners Vs Non-Planners

Atendendo à Figura 12, o resultado de respostas à questão 10 e 11 do inquérito foi definido que 39% dos inquiridos planeiam ou tentaram planejar a sua reforma (Planners) e 61% revelam não ter indícios de planeamento (Non-Planners).

Figura 12 - Planners Vs Non-Planners



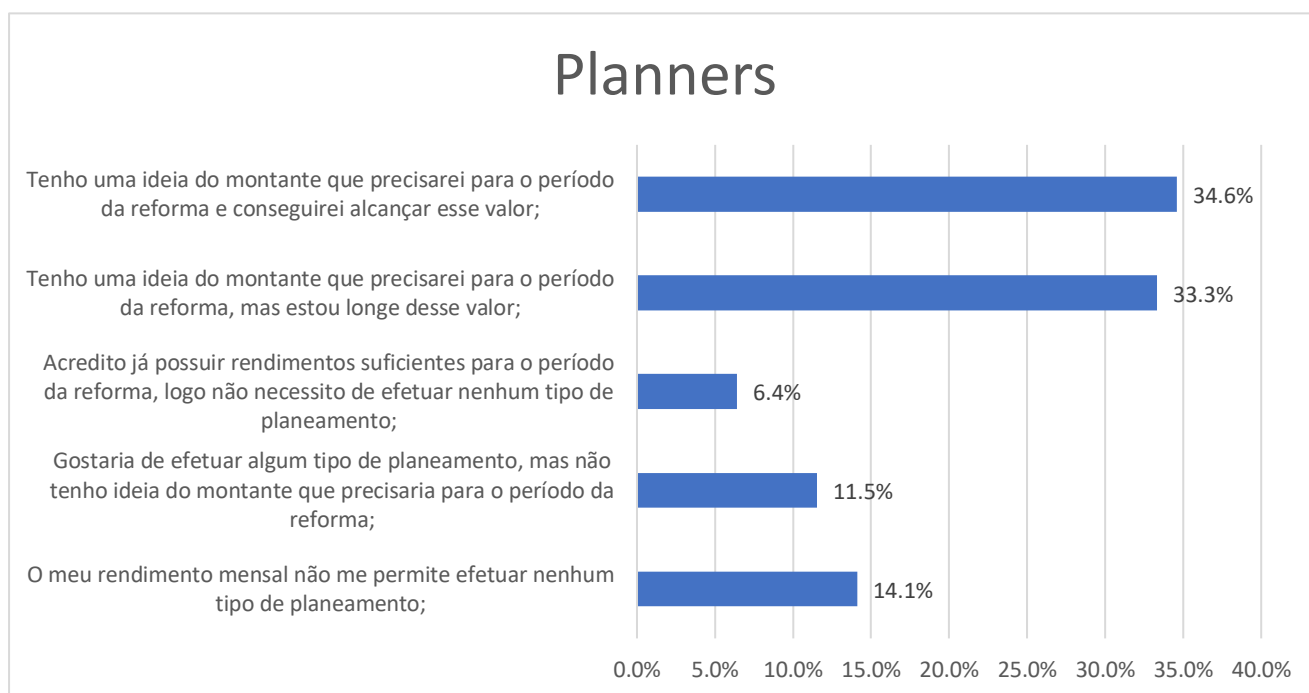
Respondendo diretamente à questão 10 do inquérito, 58% dos inquiridos afirmam que não fazem ou nunca fizeram nenhum planeamento. No sentido contrário, 42% afirmam que já efetuaram algum tipo de planeamento. Contudo 3% dos indivíduos que respondem afirmativamente à questão 10, respondem logo na questão 11, que nunca pensaram no montante que irão precisar para o seu período de reforma. Estes 3% dos inquiridos são automaticamente definidos como Non-Planners, visto que, com base na contradição das suas respostas, não é possível concluir evidências de planeamento.

Os padrões de respostas permitem separar os respondentes em duas categorias. Recordando em particular que, de acordo com a literatura, Lusardi e Mitchell (2011c), identificam um indivíduo Planner aquele que mostra indícios de já ter tentado organizar um plano de reforma e, em contraste, um Non-Planner revela nunca ter organizado um

planeamento para o período pós-carreira. No caso da amostra verificada, 78 indivíduos (39% do total) é categorizado como Planner.

Esta separação é útil para continuar a analisar os dados recolhidos. Em particular, fará sentido visitar a evidência recolhida com base na questão 11 (“Indique qual a frase que melhor descreve a sua situação perante o planeamento da sua reforma”). O padrão de resposta para os Planners é dado na Figura 13:

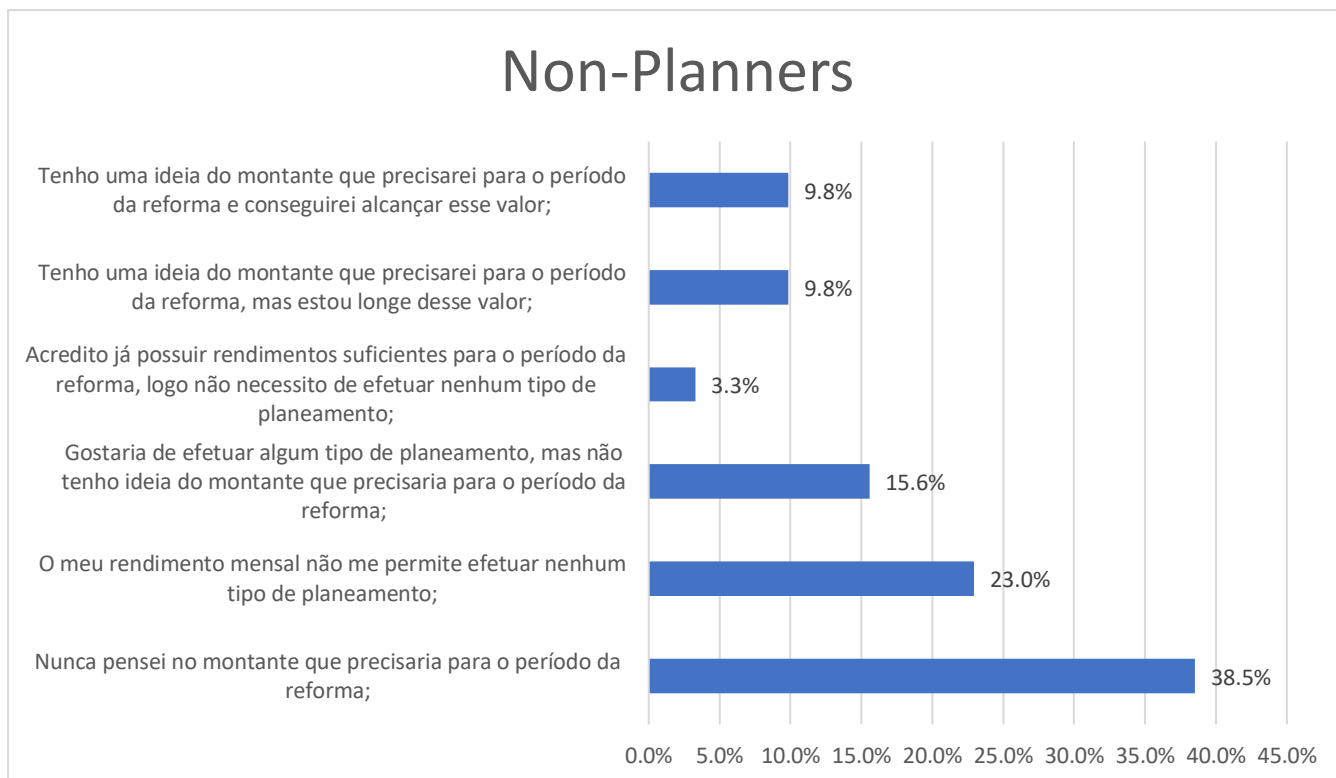
Figura 13 - Análise de respostas à questão 11 - Planners



Analisando a qualidade de respostas dos Planners, na questão 11, é possível verificar que mais de dois terços tem noção de quanto vai precisar para o seu período de reforma. Infelizmente, uma larga percentagem identifica ainda estar longe de atingir tal valor. A Figura 13 também revela que 6,4% dos inquiridos deste grupo admite já ter rendimentos suficientes para o período de reforma, o que lhe permite relaxar no que toca ao planeamento para essa fase da vida. Já 14,1% deste universo se vê impedido de fazer qualquer espécie de planeamento pois o seu rendimento mensal é demasiado escasso para que tal seja possível. Finalmente, é curioso notar que 11,5% dos indivíduos que caem na definição de Planner não têm ideia de quanto vai precisar para o seu período de reforma. Recordamos por isso que para ser Planner basta ter afirmado que já tentou realizar algum tipo de planeamento com vista à reforma.

A Figura 14 permite uma análise similar, mas agora para os indivíduos classificados como Non-Planners.

Figura 14 - Análise de respostas à questão 11 – Non-Planners



Observando as respostas do Non-Planners na questão 11, 38,5% nunca pensou no montante que vai precisar para o seu período pós-carreira. Outros 15,6% admitem ter interesse em fazer algum tipo de planeamento, mas veem-se impedidos de o fazer por desconhecerem o montante que eventualmente poderiam precisar. Em sentido oposto, 9,8% deste tipo de inquiridos está convicto de que conseguirá chegar ao patamar desejado. Outros 9,8% também identificam saber o montante que gostariam de ter para essa fase da sua vida, mas afirmam estar longe de o atingir. Há ainda 23% dos Non-Planners que respondem não planear devido aos seus baixos rendimentos.

A Tabela 9 permite perceber melhor o padrão de resposta dos Planners e Non-Planners, de acordo com um conjunto de dados demográficos que foram recolhidos no inquérito efetuado.

Tabela 9 - Distribuição de Planners e Non-Planners por *Idade, Género, Educação, Ocupação e Rendimento*

Factor	Planners	Non-Planners	N
Idade			
<= 25	41,0%	59,0%	39
26 - 35	40,3%	59,7%	67
36 - 45	31,0%	69,0%	58
> 45	47,2%	52,8%	36
Género			
Masculino	44,3%	55,7%	106
Feminino	33,0%	67,0%	94
Educação			
Sem ensino secundário completo	18,2%	81,8%	11
Com ensino secundário completo	31,8%	68,2%	22
Frequência Universitária	29,0%	71,0%	31
Ensino Superior completo	44,1%	55,9%	136
Ocupação			
Desempregado	36,4%	63,6%	11
Trabalhador por conta de outrem	44,1%	55,9%	152
Trabalhador por conta própria	15,0%	85,0%	20
Não-trabalhador*	23,5%	76,5%	17
Educação Financeira			
Com Educação Financeira	44,6%	55,4%	92
Sem Educação Financeira	34,3%	65,7%	108
Rendimento			
Sem rendimento	41,7%	58,3%	12
Até 650 euros	16,0%	84,0%	25
Entre 650 e 1000 euros	34,4%	65,6%	64
Entre 1000 e 2500 euros	43,8%	56,3%	80
Acima de 2500 euros	63,2%	36,8%	19
Observações		200	

De acordo com os dados, é o grupo acima dos 45 anos, o qual está mais perto da idade da reforma, com mais percentagem de fazerem um planeamento, destes 47,2% identificam-se como Planners. O grupo imediatamente abaixo, entre os 36 e os 45 anos apresenta a percentagem mais baixa com apenas 31%. É apurado também que é o género masculino que possui mais preocupação no planeamento da reforma com 44,3% comparativamente aos 33% das mulheres.

Analisando as habilitações literárias é perceptível que o nível de planeamento aumenta consoante o crescente nível de qualificações. Apenas 18,2% dos inquiridos sem o ensino secundário completo definem-se como Planners, uma das percentagens mais baixas da tabela, ao invés dos inquiridos com o ensino superior completo atingirem os 44,1%. Quanto à ocupação, é compreensível o grupo dos não trabalhadores apresentarem um valor baixo, dado que a maior parte ainda é estudante e não possuem rendimentos para efetuar um plano. São os trabalhadores por conta de outrem os mais preocupados com o planeamento da sua reforma com 44,1%, sendo que no lado inverso os trabalhadores por conta própria, o grupo que apresenta o valor mais baixo de apenas 15%, o valor mais baixo de toda a tabela.

A existência de educação financeira, confirma juntamente com as habilitações literárias a relação positiva direta com o Planeamento de Pensões, sendo visível a diferença com os inquiridos que não possuem este tipo de formação, com os respetivos valores de 44,6% e 34,3%. Finalizando com o grupo dos rendimentos, é notório que o índice de planeamento é crescente dependendo do aumento do rendimento. Enquanto os inquiridos com o rendimento mensal inferior a 650 euros apresentam a percentagem mais baixa com 16%, é o grupo com o rendimento mais alto, acima dos 2500 euros que indicam o valor mais alto na sua capacidade de planeamento (67,2%), visto anteriormente era também o grupo com a percentagem mais alta na subscrição de planos poupança reforma.

5.2.2 Planeamento e o Perfil de Poupança

Planear uma reforma com sucesso requer tempo, podendo estar assente em vários tipos de estratégia de investimento. Infelizmente, o percurso típico é marcado pela incerteza, muito devido ao comportamento da economia mundial, cada vez mais volátil e imprevisível, que pode trazer consequências ao nível da existência do próprio emprego. Planear uma pensão implica por isso criar barreiras de segurança para situações financeiramente inesperadas. É neste contexto que o inquérito utilizado na presente dissertação, inclui um conjunto de 4 questões que relacionam a capacidade de poupança do inquirido, com o seu tempo de resposta a uma situação financeiramente inesperada.

A primeira questão (identificada com o número 24 no instrumento de recolha de dados) pretende saber se durante o último ano o inquirido teve dificuldade no pagamento dos

seus gastos correntes e questiona a frequência desse incumprimento. A segunda pergunta (com número 25) pretende aferir se os inquiridos utilizam algum tipo de conta-poupança. A terceira questão (identificada com o número 26) questiona sobre a capacidade de o respondente assegurar os seus gastos correntes sem a ajuda de terceiros, caso se veja a numa situação de desemprego. Finalmente, a quarta questão (29) convida os inquiridos a pronunciarem-se sobre o seu nível de solvabilidade, i.e., se são da opinião que possuem mais ativos do que passivos à data da resposta ao inquérito. A Tabela 10 resume os resultados separando as respostas obtidas de acordo com as categorias de Planners e Non-Planners apresentadas anteriormente.

Tabela 10 - Planeamento e o Perfil de Poupança

Questão	Planners	Non-Planners
Q.24 - Incumprimento nos gastos com rendimento mensal		
Nunca	57,7%	38,5%
Raramente	15,4%	20,5%
Às vezes	20,5%	25,4%
Frequentemente	6,4%	10,7%
Sempre	0,0%	4,9%
Q.25 - Possuir Conta-Poupança		
Sim	80,8%	57,4%
Não	19,2%	42,6%
Não, nem possui conta bancária	0,0%	0,0%
Q.26 – Suportar despesas sem rendimento ou ajuda externa		
Menos que uma semana	2,6%	7,4%
No máximo 3 semanas	6,4%	12,3%
Entre 1 a 3 meses	6,4%	24,6%
Entre 3 a 6 meses	14,1%	13,1%
Mais que 6 meses	70,5%	42,6%
Q.29 - Possuir mais ativos que passivos		
Sim	78,2%	67,2%
Não	17,9%	26,2%
Não sei	2,6%	1,6%
Nunca calculei os valores que possuo	1,3%	4,9%
	N	78
Observações	200	122

Como é possível observar, a maioria dos Planners (57,7%) nunca enfrentou dificuldades em pagar os seus gastos normais, sendo que apenas 6,4% destes manifestam ter problemas neste domínio. O padrão de resposta dos Non-Planners é muito diferente. De facto, apenas 38,5% afirmam não ter problemas em pagar contas, com cerca de 15% a afirmarem ter regularmente dificuldades neste domínio. A Tabela 10 permite verificar que todos os inquiridos afirmam ter uma conta bancária, sendo que 80,8% dos Planners têm também uma conta-poupança. O valor equivalente para os Non-Planners é de apenas 57,4%. Por outro lado, verifica-se que os Planners parecem ter maior capacidade de lidar com uma situação de desemprego comparativamente aos Non-Planners. Em particular, 2,6% dos primeiros teriam problemas em menos de uma semana o que contrasta com os 7,4% encontrados para o conjunto dos Non-Planners. Em sentido inverso, 70,5% dos Planners afirmam conseguir resistir mais do que seis meses, com apenas 42,6% dos seus contrapartes Non-Planners a afirmar o mesmo. Finalmente, os dados da Tabela 10 mostram que ambos os grupos revelam ter uma perceção sobre o seu nível de solvência bastante equivalente, mas com uma ligeira melhoria para os inquiridos Planners.

5.3 Planeamento de Pensões– Relação com Literacia Financeira

Uma das questões centrais deste trabalho passa por investigar a relação que existe entre o nível de Literacia Financeira e o ato de planear uma reforma em Portugal. A Tabela 11 ajuda a responder a esta questão no contexto da divisão entre respondentes Planners e Non-Planners.

Tabela 11 - Planeamento de Pensões e relação com Literacia Financeira

Questão	Planners (N=78)	Non-Planners (N=122)
Questão: Juro simples		
Correta (%)	92,3%	79,5%
NS/NR	2,6%	6,6%
Questão: Inflação		
Correta (%)	88,5%	72,1%
NS/NR	3,8%	11,5%

Questão: Diversidade e risco

Correta (%)	66,7%	40,2%
NS/NR	3,8%	11,5%

Cruzamento de questões

Correta (%): Juro Simples e Inflação	82,1%	59,8%
% das 3 questões corretas	57,7%	27,9%
Média de respostas corretas	2,47	1,92

Observações 200

Como é possível verificar, a Tabela 11 começa por recuperar as três questões fundamentais sobre Literacia Financeira, avaliando o padrão de resposta em função do padrão-tipo dos respondentes (Planner vs. Non-Planner). Os dados indicam que os respondentes Planners apresentam tipicamente uma performance superior ao Non-Planners em todas as dimensões observadas. Em particular, a sua taxa de resposta certa à questão sobre juro simples é de 92,3%. Na questão seguinte, 88,5% respondem corretamente à pergunta sobre inflação e finalmente, 66,7% acertaram quando o tema abordado é a diversidade e risco num investimento.

Os valores equivalentes para os Non-Planners são 79,5%, 72,1% e 40,2%, respetivamente. A Tabela 11 revela também que a taxa de não resposta para estas três questões é sempre mais baixa no universo Planner. De facto, os valores em causa (Planner vs. Non-Planner) são 2,6% e 6,6% na primeira questão e 3,8% e 11,5% na segunda e terceira questão. A Tabela 11 também permite verificar que 82,1% dos Planners conseguem acertar corretamente às questões sobre juro simples e inflação, enquanto que apenas 59,8% dos Non-Planners atingem o mesmo resultado. A diferença de performance entre grupos cresce consideravelmente quando o critério é acertar na totalidade das três questões. Para esta realidade, a Tabela 11 mostra que apenas 27,9% dos Non-Planners conseguem superar este desafio contra 57,7% dos Planners. Este conjunto de valores foram também testados pelo método de proporções e apurado a rejeição no teste de igualdade, com um p-value inferior a 1%, reforçando a sua significância estatística.

Também é apurado que, apesar de ligeiro, se verifica um menor grau de confiança por parte dos Non-Planners na escolha das opções. Em todas as questões, a opção de resposta “*Não Sei/Não responde*” é relativamente superior comparado com o grau de certeza dos Planners.

De forma a responder às hipóteses avançadas relacionando em detalhe os níveis de Literacia Financeira com o Planeamento de Pensões em Portugal, é determinado um conjunto de variáveis sociodemográficas usando o método de regressão logística. Dessa forma, foi definido como variável dependente, o indicador Planner, que é igual a 1 se o inquirido demonstrou iniciativa de planeamento ou em caso contrário é igual a zero. Todas as variáveis independentes de Literacia Financeira e sociodemográficas podem ser consultadas no Apêndice 3.

São representadas três formas de medidas para a Literacia Financeira, definidas nas três diferentes colunas, na Tabela 12:

- Todas as respostas corretas, variável igual a um se o inquirido respondeu às três questões acertadamente ou igual a zero se o contrário;
- Total do número de respostas corretas, número de respostas certas dadas;
- Questão de Juros, Inflação e Diversidade e Risco avaliada individualmente. Conjunto de três variáveis no qual em cada uma delas é definido como 1, se respondida corretamente ou zero se o contrário.

Analisado o conjunto de resultados na Tabela 12, é perceptível que as três variáveis de Literacia Financeira estudadas, apresentam sinais positivos e fortes de significância, recorrendo ao Teste de Wald. Na primeira coluna, por exemplo é apurado que na possibilidade de o inquirido responder às três questões corretamente obtém aproximadamente 3,2 vezes mais probabilidades de efetuar um planeamento de reforma. Na segunda coluna, é reforçado este fator pois a cada questão respondida corretamente, aumenta as chances de executar um planeamento em 2,26 vezes. Avaliando, na terceira coluna, cada pergunta de forma individual, é visível que a questão sobre juros está mais diretamente relacionada com a probabilidade de existir planeamento, contudo a questão sobre diversidade e risco apresenta também um valor com bastante significância e relacionando a sua resposta certa praticamente duplica a possibilidade de haver planeamento em 2,15 vezes.

Testando a primeira hipótese revista anteriormente:

H1. Existe uma relação direta entre os níveis de Literacia Financeira e Planeamento de Pensões em Portugal;

Os resultados na Tabela 12 demonstram que, nesta amostra estudada, indivíduos com mais conhecimentos financeiros são mais propensos a realizar um plano de reforma. A falta de consciencialização deste aspeto, não só resultam em baixos níveis de planeamento, como também numa exposição maior à dívida, com o recurso a empréstimos, menor capacidade de acumulação de riqueza e escolhas de produtos financeiros menos válidas, resultado em pagamentos de comissões mais elevadas.

H2. Existe uma relação entre o Planeamento de Pensões e aspetos sociodemográficos;

Analisando os aspetos sociodemográficos os dados revelaram menos significância comparativamente à análise entre Literacia Financeira e Planeamento de Pensões. Foram considerados uma série de variáveis como: a idade, género, estado civil, habilitações literárias, ocupação e rendimento. De igual modo também se incluíram três variáveis que relacionam a estratégia de poupança e acumulação de riqueza, tais como: no caso de existir uma subscrição num plano poupança reforma, se possui uma conta poupança e finalmente, se possui casa própria. Também é incluído nestas variáveis, a possibilidade de o inquirido ter recebido algum tipo de formação financeira.

Dados os resultados, não é perceptível identificar um perfil totalmente claro. Verificando a variável idade não é possível concluir, dada à falta de significância estatística, que indivíduos com mais de 45 anos possuem um maior cuidado no seu nível de planeamento consoante o aumento dos seus níveis de Literacia Financeira. Observando a variável do estado civil, não existe relevância suficiente nos dados da amostra que possibilitem uma conclusão clara. Sendo que os grupos dos casados e em união de facto não apresentam valores significativos neste estudo, quanto aos seus níveis de planeamento, o número de viúvos considerados na amostra é insuficiente para uma análise aprofundada. Existe apenas uma ligeira relevância no grupo de divorciados, visto serem o grupo de pessoas que demonstrou níveis mais elevados de planeamento, ligeiramente acima do dobro, face ao grupo dos solteiros, com 2,44 mais propensão em realizar um plano de reforma. Este facto poderá ser compreensível, visto que alegadamente, pessoas constituídas por apenas um agregado familiar, com uma única fonte de rendimento e já

possuindo consideráveis despesas, por exemplo, pensão de alimentos, tenham mais cuidado no que respeita às suas finanças pessoais.

Com base nos dados, não existe significância relevante alusivas às habilitações literárias e à ocupação dos inquiridos nesta amostra. É possível apenas evidenciar uma ligeira significância no grupo de pessoas que possuem ensino superior completo, o que já era esperado, mas dada à fraca participação de indivíduos sem o ensino secundário completo a conclusão não é totalmente conclusiva. Resultado similar, analisando o tipo de ocupação dada à fraca adesão por parte de pessoas desempregadas ou não-trabalhadoras. Finalizando as variáveis sociodemográficas, respetivos ao rendimento, este trabalho revela a mesma conclusão comparativamente a outros estudos realizados internacionalmente. São igualmente o grupo de pessoas com mais rendimentos, neste caso auferindo um valor acima dos 2500 euros, que demonstram melhores níveis de planeamento face às pessoas que possuem rendimentos abaixo dos 650 euros. No caso, é possível identificar que indivíduos com mais rendimentos são mais propensas a um plano de reforma em 3,23 vezes mais, face aos últimos.

Observando as outras variáveis, é na existência de conta-poupança que demonstra uma significância estatística considerável e um forte efeito na realização de um plano de reforma. É identificado que indivíduos que possuem conta poupança aumentam as suas chances de efetuar um planeamento em 2,7 vezes mais face aos restantes. Este fator reforça que, no geral indivíduos com mais Literacia Financeira são mais propensos à poupança e à realização de um planeamento financeiro mais relevante.

Tabela 12 - Análise múltipla de variáveis em Regressão Logística.

	1		2		3	
	B (SE)	Odds Ratio	B (SE)	Odds Ratio	B (SE)	Odds Ratio
Variáveis de Literacia Financeira						
Três respostas corretas	1,156 (0,333)	3,178				
Total de respostas corretas			0,815 (0,223)	2,259		
Questão Juros correta					1,094 (0,535)	2,985

Questão Inflação correta					0,714 (0,435)	2,042
Questão Diversidade e Risco correta					0,766 (0,333)	2,152
Dados Sócio-Demográficos						
<i>Idade (Base: <= 35 anos)</i>						
Idade: 36 - 45	-0,384 (0,385)	0,681	-0,294 (0,387)	0,745	-0,300 (0,388)	0,741
Idade: > 45 anos	0,552 (0,435)	1,736	0,638 (0,444)	1,893	0,718 (0,461)	2,050
Masculino	0,055 (0,351)	1,056	-0,053 (0,356)	0,948	-0,054 (0,363)	0,948
<i>Estado Civil (Base: solteiro)</i>						
Casado	-0,029 (0,384)	0,972	0,016 (0,386)	1,017	0,044 (0,390)	1,045
Viúvo	1,012 (1,446)	2,752	0,704 (1,440)	2,022	0,659 (1,455)	1,932
Divorciado	0,891 (0,681)	2,438	0,823 (0,681)	2,278	0,892 (0,693)	2,440
Em União de Facto	0,186 (0,476)	1,205	0,237 (0,480)	1,268	0,246 (0,480)	1,279
<i>Habilitações Literárias (Base: Sem Ensino Secundário Completo)</i>						
Ensino Secundário Completo	0,763 (0,918)	2,146	0,379 (0,940)	1,461	0,366 (0,945)	1,442
Frequência Universitária	-0,062 (1,012)	0,940	-0,327 (1,036)	0,721	-0,393 (1,048)	0,675
Ensino Superior completo	0,892 (0,821)	2,440	0,619 (0,849)	1,858	0,556 (0,865)	1,744
<i>Ocupação (Base: Não-Trabalhador + Desempregados)</i>						
Trabalhadores por conta de outrem	0,521 (0,614)	1,683	0,357 (0,624)	1,429	0,332 (0,630)	1,394
Trabalhador por conta-própria	-1,031 (0,866)	0,357	-1,096 (0,878)	0,334	-1,110 (0,880)	0,329
<i>Rendimento (Base: <=650 euros)</i>						
Entre 650 e 1000 euros	0,221 (0,558)	1,247	0,165 (0,564)	1,18	0,155 (0,568)	1,168

Entre 1000 e 2500 euros	0,395 (0,528)	1,484	0,305 (0,535)	1,356	0,279 (0,538)	1,322
Acima de 2500 euros	1,201 (0,678)	3,323	1,149 (0,685)	3,155	1,143 (0,687)	3,136
Outras Variáveis						
Com Educação Financeira	0,293 (0,339)	1,341	0,254 (0,340)	1,290	0,222 (0,347)	1,248
Possui Conta-Poupança	1,004 (0,378)	2,729	0,985 (0,381)	2,676	0,994 (0,385)	2,702
Possui PPR	0,505 (0,366)	1,657	0,481 (0,368)	1,618	0,479 (0,369)	1,615
Possui Casa própria	0,345 (0,334)	1,411	0,332 (0,336)	1,393	0,345 (0,336)	1,413
Constante	-0.897 (0.213)		-2,219 (0,527)		-2,357 (0,622)	
Número de observações	169		169		169	
Pseudo R2	0,096		0,118		0,121	
-2 Log-likelihood	213,72		210,7		210,35	
p-value	p<0,01		p<0,01		p>0,01	
Hosmer & Lemenshow test	p=0 (>0,05)		p=0,497(>0,05)		p=0,807(>0,05)	
Classification accuracy	65,70%		65,70%		65,70%	

Nota: Erro Padrão é representado em parêntesis. Todos os valores calculados com IC de 95%.

Com base na amostra recolhida e otimizada para 169 observações é possível identificar que o modelo aplicado explica entre 9% e 12% as variações do resultado dependendo das variáveis analisadas. Contudo o modelo demonstra, valores significativos verificados no teste de Hosmer & Lemenshow, $p > 0,05$ sendo ainda definido em que 65,7% dos casos, os valores se apresentam de forma correta.

6 Conclusão

Este trabalho tem como principais objetivos, analisar os níveis de Literacia Financeira em Portugal e relacionar esses níveis com a capacidade dos indivíduos em planear a sua reforma.

Um total de 39,5% dos inquiridos respondeu corretamente às três questões incluídas no instrumento de recolha de dados e que dizem respeito à avaliação do nível de Literacia Financeira. Este valor é qualitativamente superior ao reportado noutros estudos efetuados em Portugal e no estrangeiro sobre a mesma temática, algo que pode ser explicado pelas características particulares da amostra recolhida para a realização da presente dissertação.

Os resultados demonstram que o grupo de pessoas mais jovens (i.e., abaixo dos 25 anos), do género masculino e com habilitações literárias superiores, possuem melhores resultados na avaliação dos níveis de Literacia Financeira. Cumulativamente, a existência de educação financeira no passado, também influencia positivamente o domínio da temática da Literacia Financeira. Do lado oposto, são os indivíduos com menores níveis de habilitações literárias, pessoas do género feminino e o grupo acima dos 45 anos que revelam menores níveis de Literacia Financeira.

Outro dado preocupante demonstrado é ser o grupo dos trabalhadores por conta própria a revelarem menos conhecimento na resposta das três questões apresentadas. É perceptível uma acentuada tendência de sobrevalorização dos níveis de Literacia Financeira na maioria dos grupos, mas são os trabalhadores por conta própria que apresentam mais níveis de desfasamento entre a sua perceção e os seus conhecimentos reais sobre questões económicas mais básicas.

No capítulo do Planeamento de Pensões é identificado, num conjunto de duas questões, que 39% da amostra apresenta indícios na elaboração de um planeamento da sua reforma futura, identificados como Planners. No sentido inverso, 61% não realizam qualquer planeamento (Non-Planners). É observado que, a execução de um plano aumenta consoante a idade (indivíduos acima dos 45 anos tendem a ter mais preocupação com a fase pós-carreira). Simultaneamente, as evidências de planeamento aumentam com o crescimento das habilitações literárias e do rendimento.

Avaliando os dados, com recurso à regressão logística, é visível que existe uma relação positiva entre os níveis de Literacia Financeira e o Planeamento de Pensões. Indivíduos com melhores níveis de Literacia Financeira podem aumentar em 2 a 3 vezes a probabilidade de executar um planeamento de pensão pós-carreira.

É também verificado, com base na revisão de literatura, que o aumento do nível de Literacia Financeira pode ser representativo numa maior acumulação de riqueza futura, maximizando os índices de poupança dos indivíduos, aspetos que as famílias portuguesas revelam relativa dificuldade em obter. A educação financeira pode ser uma boa solução para alavancar estes níveis, não só para permitir que os Portugueses tomem decisões financeiras de mais qualidade, como para impulsionar a sua participação em investimentos no mercado de capitais, que é de momento bastante reduzida.

Outro dado alarmante, que deveria reforçar a consciencialização dos Portugueses nesta temática, são as previsões demográficas recentemente divulgadas. As baixas taxas de natalidade, o sucessivo envelhecimento da população portuguesa e a diminuição da capacidade de mão-de-obra no país, colocam em causa a sustentabilidade do sistema nacional de pensões, o que já induz muitos Portugueses em desconfiarem da garantia em obterem uma reforma condigna no futuro.

Apresentando as limitações desta dissertação é possível assinalar a reduzida representatividade do número da amostra face à totalidade da população portuguesa. Também é visível algum desnivelamento do perfil dos inquiridos. Evidenciou-se uma elevada participação de indivíduos com estudos superiores, podendo assim influenciar num aumento qualitativo das respostas, em comparação com a realidade nacional atual. Neste contexto é proposto para futuras investigações o desenvolvimento de um estudo mais alargado, de forma a obter uma quantidade de respostas superior e mais variada, para uma análise mais exata. Seria igualmente interessante acompanhar as evoluções que possam acontecer nesta temática e adicionar outras variáveis relevantes para o aprofundamento deste estudo.

É reforçado assim, a importância deste tema, na continuidade de ser abordado e alertado, não só por parte do atual sistema de Governo, como também por parte dos agentes privados. Estes agentes podem ter um papel de muito relevo no incentivo da formação financeira, na oferta de programas educacionais ou mesmo no auxílio na elaboração de um planeamento financeiro individual, na tentativa de oferecer, mais liberdade e garantias financeiras para o período pós-carreira dos Portugueses.

Referências Bibliográficas

- Abreu, M. & Mendes, V. (2010) Financial Literacy and Portfolio Diversification. *Quantitative Finance*, 10 (5), 515-528.
- Almenberg, J., & Säve-Söderberg, J. (2011) Financial Literacy and Retirement Planning in Sweden. *Netspar Discussion Paper No. 01/2011-018*.
- ASF (2017) *Nota Informativa Assunto: Produção de seguro direto em Portugal cresceu 11,7% em 2018*, Lisboa, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Disponível em: <https://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/4703E6DA-9C06-46DB-8359-29167A049E79/0/NotaInformativaProdu%C3%A7%C3%A3odesegurodireto2018.pdf>
- Atkinson, A. & Messy, F. (2012) *Measuring Financial Literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study*, OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 15, OECD Publishing.
- Banco de Portugal (2011) *Relatório de Supervisão Comportamental 2010*, Departamento de Supervisão Comportamental. Disponível em: www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/relat%C3%B3rio%20supervis%C3%A3o%20comportamental%202010.pdf
- Banco de Portugal (2018) *Relatório de Estabilidade Financeira, Junho de 2018*, Departamento de Estabilidade Financeira. Disponível em: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/ref_06_2018_pt.pdf
- Barbić, D., Palic I., & Bahovec V. (2016) Logistic regression analysis of financial literacy implications for retirement planning in Croatia. *Croatian Operational Research Review*, 7, 319-331.
- Batsaikhan, U. & Demertzis, M. (2018) *Financial literacy and inclusive growth in the European Union*, Brussels, Bruegel - Policy Contributions.
- Boisclair, D., Lusardi, A. & Michaud, P. (2014) Financial Literacy and Retirement Planning in Canada. *National Bureau of Economic Research Inc*, NBER Working Paper No. w20297.
- Bucher-Koenen, T. & Ziegelmeyer, M. (2013) Once burned, twice shy? Financial Literacy and Wealth Losses during the Financial Crisis, *Review of Finance*, 18 (6), 2215–2246.
- Clark, R.L., Lusardi, A. & Mitchell, O. (2015) Employee Financial Literacy and Retirement Behavior: A case study, *Global Financial Literacy Excellence Center*, Working Paper 2015-6.
- CNSF (2015) *Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da população Portuguesa*, Lisboa, Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. Disponível em: www.todoscontam.pt/sites/default/files/SiteCollectionDocuments/Relatorio2InqueritoLiteraciaFinanceira.pdf
- European Commission (2018). *The 2018 Ageing Report: Economic and Budgetary Projections for the EU Member States (2016-2070) Portuguese case*. Gabinete de Estratégia e Desenvolvimento. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/economy-finance/final_country_fiche_pt.pdf
- Fornero, E. & Monticone, C. (2011) Financial Literacy and Pension Plan Participation in Italy. *Journal of Pension Economics and Finance*, Cambridge University Press, 10 (4), 547-564.
- Hastings, J., Mitchell, O. S., & Chyn, E. (2012) Fees, Framing, and Financial Literacy in the Choice of Pension Manager. *Financial Literacy: Implications for Retirement Security and the Financial Marketplace*, 101-115.
- Huston, S. J. (2010) Measuring Financial Literacy. *Journal of Consumer Affairs*, 44 (2), 296-316.

- Jappelli, T. & Padula, M. (2013) Investment in Financial Literacy and Saving Decisions. *Journal of Banking and Finance*, 37 (8), 2779-2792.
- Jappelli, T. & Padula, M. (2015) Investment in Financial Literacy, Social Security, and Portfolio. *Journal of Pension Economics & Finance*, 14 (4), 369-411.
- Kalmi, P. & Ruuskanen, O. (2018) Financial Literacy and Retirement Planning in Finland. *Journal of Pension Economics and Finance*, 17 (3), 335-362.
- Klapper, L. & Panos, G. (2011) Financial Literacy and Retirement Planning: The Russian Case. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10 (4), 599-618.
- Klapper, L., Lusardi, A., & Van Oudheusden, P. (2015) *Financial Literacy Around the World. Insights from the Standard & Poor's ratings services global financial literacy survey*. Disponível em: http://responsiblefinanceforum.org/wp-content/uploads/2015/12/2015-Finlit_paper_17_F3_SINGLES.pdf
- Lagoa, S. & Barradas, R. (2018) – *Segurança Social: Modelos e Desafios*. Conselho Económico e Social. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8115/1/Modelos%20e%20Desafios_Barradas.pdf
- Lusardi, A. (2008) Financial literacy: An Essential Tool for Informed Consumer Choice? *Paolo Baffi Centre Research Paper*, No. 2009-35.
- Lusardi, A. (2009) Planning for Retirement: The Importance of Financial Literacy. *Public Policy & Aging Report*, 19 (3), 7–13.
- Lusardi, A. & Mitchell, O. (2011a) Financial Literacy Around the World: An Overview. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10, 497-508.
- Lusardi, A. & Mitchell, O. (2011b) Financial Literacy and Retirement Planning in the United States. *Journal of Pension Economics*, 10 (4), 509-525.
- Lusardi, A. & Mitchell, O. (2011c) Financial Literacy and Planning: Implications for Retirement Wellbeing. *National Bureau of Economic Research*, Working Paper 17078.
- Lusardi, A. & Mitchell, O. (2013) The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. *Journal of Economic Literature*, 52, (1), 5-44.
- Lusardi, A., & Tufano P. (2009,2015) Debt Literacy, Financial Experiences, and Overindebtedness. *Journal of Pension Economics and Finance*, Cambridge University Press, 14 (4), 332-368.
- Lusardi, A., Michaud, P. & Mitchell, O. (2017) Optimal Financial Knowledge and Wealth Inequality. *Journal of Political Economy*, University of Chicago Press, 125 (2), 431-477.
- Moore, D. (2003) Survey of Financial Literacy in Washington State: Knowledge, Behaviour, Attitudes and Experiences, *Social and Economic Sciences Research Center, Washington State University*, Technical Report 03-39.
- Moreira, A. (ed) (2019) - *Financial and Social Sustainability of the Portuguese Pension System*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/440b6d88-1170-483b-8002-b9dbb697d72a/estudo-completo-em-versao-inglesa>
- Moure, N.G. (2016) Financial Literacy and Retirement Planning in Chile. *Journal of Pension Economics and Finance*, 15 (2), 203-223.
- MPEF (2011) Memorando de Políticas Económicas e Financeiras. 17 de Maio de 2011. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/loi/2011/prt/por/051711p.pdf>
- Niu, G. & Zhou, Y. (2017) Financial literacy and retirement planning: evidence from China, *Applied Economics Letters*, Taylor & Francis Journals, 25 (9) 619-623.

- OCDE (2014) *PISA 2012 Results: Students and Money: Financial Literacy Skills for the 21st Century (Volume VI)*, PISA, OECD Publishing. Disponível em: www.oecd.org/pisa/keyfindings/PISA-2012-results-volume-vi.pdf
- OECD (2016) *OECD/INFE International Survey of Adult Financial Literacy Competencies*, OECD Publishing, Paris. Disponível em: www.oecd.org/finance/OECD-INFE-International-Survey-of-Adult-Financial-Literacy-Competencies.pdf
- OECD (2017) *Pensions at a Glance 2017 in OECD and G20 Indicators*, OECD Publishing, Paris. Disponível em: https://dx.doi.org/10.1787/pension_glance-2017-en
- OCDE (2018) *Education in Glance: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2018_eag-2018-en# (pag.44)
- OCDE (2019) *OECD Reviews of Pension Systems: Portugal, OECD Reviews of Pension Systems*, OECD Publishing Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264313736-en>
- PNFF (2011) *Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015*, PISA, Lisboa, Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. Disponível em: www.todoscontam.pt/sites/default/files/SiteCollectionDocuments/PlanoNacionaldeFormacaoFinanceira.pdf
- Ricci, O., & Caratelli, M. (2017) Financial literacy, trust and retirement planning. *Journal of Pension Economics and Finance*, 16 (1), 43-64.
- Rooij, v. M., Lusardi, A., & Alessie, R. (2011) Financial Literacy and Retirement Planning in the Netherlands. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(04), 527-545.
- Schagen, S. e &. Lines (1996) *Financial Literacy in Adult Life: A Report to the NatWest Group Charitable Trust*, Slough, Berkshire, National Foundation for Educational Research.
- Sekita, S. (2011) Financial Literacy and Retirement Planning in Japan. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10, 637-656.
- Vitt, L.A. (ed) (2000) *Personal Finance and the Rush to Competence: Financial Literacy Education in the U.S.* Middleburg, VA, Fannie Mae Foundation,
- von Gaudecker, H.-M. (2015) How Does Household Portfolio Diversification Vary with Financial Literacy and Financial Advice? *The Journal of Finance*, 70(2), 489-507.
- Yoong, J. (2010) Financial Illiteracy and Stock Market Participation: Evidence from the RAND American Life Panel, *Pension Research Council*, Working Paper No. 2010-29.

Apêndice 1: Inquérito realizado e composição de questões

Literacia Financeira e Planeamento de Pensões em Portugal

Inquérito académico

Caro(a) Sr(a),

Convido-o(a) a participar neste inquérito, o qual serve de base para a elaboração do meu trabalho final no Curso de Mestrado em Finanças Empresariais na Faculdade de Economia - Universidade do Algarve.

O objectivo do estudo que estou a levar a cabo é analisar os níveis de literacia financeira dos Portugueses e a sua relação com capacidade de planeamento de reforma.

Para participar neste inquérito terá de:

- a) Ter no mínimo 18 anos de idade;
- b) Ser de nacionalidade portuguesa;
- c) Não se encontrar em situação de reforma/aposentaria

Por favor assinale com uma cruz (X), ou preencha os espaços indicados.

Nota sobre privacidade: Este inquérito é anónimo. O inquérito não solicita qualquer informação que possa revelar a sua identidade.

Secção 1 – Perfil Pessoal

1. Género

Masculino

Feminino

2. Área de Residência (Distrito): _____

3. Idade: _____ anos.

4. Estado Civil

Solteiro(a)

Casado(a)

Divorciado(a)

Viúvo(a)

Em união de facto

Outra (especifique): _____

5. Habilitações Literárias

- Ensino Primário (do 1º ao 4º ano)
- Ensino Básico (do 5º ao 9º ano)
- Ensino Secundário Incompleto (do 10º ao 11º ano)
- Ensino Secundário (12º ano)
- Frequência Universitária
- Ensino Superior Completo

Outra (especifique): _____

6. Ocupação

- Desempregado
- Trabalhador por conta de outrem
- Trabalhador por conta própria
- Estudante
- Trabalhador-Estudante

Outra (especifique): _____

7. Quem é responsável pelas decisões financeiras mais importantes no seu agregado familiar? (Exemplo: escolha de Investimentos, empréstimos, etc.)

- Eu próprio
- Outra pessoa
- Decisões repartidas entre mim e outras pessoas

8. Tem filhos?

Sim Não

Se sim, por favor avance para a questão 9.
Se não, por favor avance para a questão 10.

9. No caso de ter filhos, quantos são financeiramente dependentes de você?

- 0 (zero)
- 1 (Um)
- 2 (Dois)
- ≥ 3 (Três ou mais)

Secção 2 – Planeamento de Pensões

10. Alguma vez planeou, ou tentou planear, o montante que precisaria de poupar para o período da reforma?

Sim Não

11. Indique qual a frase que melhor descreve a sua situação perante o planeamento da sua reforma:

Nunca pensei no montante que precisaria para o período da reforma;

O meu rendimento mensal não me permite efetuar nenhum tipo de planeamento;

Gostaria de efetuar algum tipo de planeamento, mas não tenho ideia do montante que precisaria para o período da reforma;

Acredito já possuir rendimentos suficientes para o período da reforma, logo não necessito de efetuar nenhum tipo de planeamento;

Tenho uma ideia do montante que precisarei para o período da reforma, mas estou longe desse valor;

Tenho uma ideia do montante que precisarei para o período da reforma e conseguirei alcançar esse valor;

12. Sabe qual a idade atual, que por lei, lhe permite aceder ao período da reforma? (Excluindo o cenário de reforma antecipada)

60 anos

65 anos

66 anos

Outra (especifique) _____

Não sei/Não responde

13. Tem algum plano de Poupança Reforma subscrito neste momento?

Sim

Não

Não, e desconheço esse tipo de investimento

14. Sabe qual a percentagem que desconta mensalmente do seu ordenado para a Segurança Social? (Questão válida também para outros regimes contributivos)
- Sim
- Não
- Não se aplica (desempregado\estudante)

15. Qual a frase que melhor descreve o seu nível de conhecimento sobre o enquadramento legal que regula o acesso ao regime de pensões da Segurança Social em vigor em Portugal?

- Estou bem informado
- Razoavelmente informado
- Mal informado
- Tento estar informado, mas é difícil as leis estão sempre a mudar.

16. Acredita que a sua pensão/reforma lhe permitirá ter um nível de vida condigno quando deixar de participar ativamente no mercado de trabalho?

Sim Não

Secção 3 – Literacia Financeira

17. Numa escala de 1 a 5, no qual 1 corresponde a "muito baixo" e 5 "muito alto", como classifica a sua compreensão de conceitos básicos de finanças:

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18. Suponha que tem 100 euros numa conta bancária, remunerados a uma taxa de juro de 2% ao ano. Ao fim de 5 anos, qual será o saldo da sua conta admitindo que não faz qualquer levantamento ou reforço de capital?

- Mais de 102€
- Exatamente 102€
- Menos de 102€
- Não sei\Não responde

19. Imagine que pode subscrever um depósito a prazo que oferece uma taxa de remuneração de 1% ao ano. Admita ainda que a inflação anual é de 2%. Nestas condições, valerá a pena colocar a sua poupança neste depósito a prazo?

Sim Não

20. Qual o produto financeiro que considera mais arriscado?

- Ações de uma empresa
- Fundos de investimento
- Têm o mesmo nível de risco
- Não sei\Não responde

21. Numa escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a "muito baixo" e 5 a "muito alto", como classifica o seu nível de conhecimento sobre os diversos produtos financeiros nos quais pode alocar as suas poupanças, de forma a auxiliar o período da reforma?

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. Suponha que investe 2000€ num depósito a prazo que oferece um juro composto anual de 10%. Quantos anos necessita para que o seu investimento duplicasse para os 4000€?

- Entre 0 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 10 e 15 anos
- Não sei\Não responde

23. Alguma vez recebeu algum tipo de formação financeira durante o período escolar ou no local de trabalho?

- Sim Não

Secção 4 – Perfil de Poupança

24. Nos últimos 12 meses, quantas vezes ocorreu o seu rendimento mensal não ser suficiente para a totalidade dos seus gastos mensais?

Nunca

Raramente

Às vezes

Frequentemente

Sempre

25. Possui algum tipo de conta-poupança, para além da conta bancária de uso corrente?

Sim

Não

Não, nem possuo conta bancária

26. Se perdesse a sua principal fonte de rendimento (ordenado, rendas ou subsídio, etc.) por quanto tempo acredita que conseguiria assegurar os seus gastos sem recorrer a ajuda de terceiros.

Menos que uma semana

No máximo 3 semanas

Entre 1 a 3 meses

Entre 3 a 6 meses

Mais que 6 meses

27. Nos últimos 12 meses, recebeu algum tipo de aconselhamento profissional ou de alguma instituição, de forma a tomar uma decisão na escolha de um produto financeiro (Exemplo: escolha de investimento, crédito etc.)?

Sim

Não

Tentei, mas não consegui a ajuda que pretendia

Eu tomo as minhas próprias decisões na questão de finanças pessoais

28. Possui casa própria, arrenda ou partilha habitação?

- Possuo casa própria
- Habitação é alugada
- Partilho a habitação (também no caso de viver com familiares)

29. Tem mais ativos do que passivos? (Ativos são casas, carros, carteira de investimento; passivos são dívidas - à banca, a familiares ou amigos, etc.)

- Sim
- Não
- Nunca calculei os valores que possuo
- Não sei\Não responde

30. Qual o intervalo em que mais se enquadra o seu rendimento mensal líquido?

- Sem rendimento
- Até 650 euros
- Entre 650 e 1000 euros
- Entre 1000 e 2500 euros
- Acima de 2500 euros

Questionário terminado. Muito obrigado pela sua participação.

Nr	Questão	Importância	Referência Bibliográfica
1	Género	Ficou provado em outros questionários realizados noutros países que as mulheres possuem níveis de Literacia Financeira inferiores aos homens. Esta hipótese será testada no caso português.	Questão abordada noutros inquéritos;
2	Distrito de residência	Tentativa de identificar os diferentes níveis de Literacia Financeira em cada distrito, dependendo do número de inquéritos recolhidos, poderá também ser interessante verificar assimetrias entre Litoral e Interior de Portugal.	Questão abordada noutros inquéritos. CNSF adoptou uma localização mais detalhada com identificação de Concelho e Freguesia;
3	Idade	Outros estudos mostram que a Literacia Financeira dependem do factor idade. Esta dissertação testará esse facto em Portugal.	Questão abordada noutros inquéritos; (Lusardi & Mitchell 2011b)
4	Estado Civil	Questão usada em todos os questionários internacionais, avaliação da relação dos níveis de Literacia Financeira dependendo do estado civil.	Questão abordada noutros inquéritos, excepto CNSF;
5	Habilitações Literárias	Relacionar as habilitações literárias com os níveis de Literacia Financeira. De forma geral, estudos referem que quanto menor as habilitações literárias menor os níveis de Literacia Financeira.	Questão abordada noutros inquéritos. Menos opções comparado com inquérito da CNSF, adoptando os padrões da OCDE
6	Ocupação	Testar se a situação laboral afeta os níveis de Literacia Financeira.	Questão abordada noutros inquéritos. Menos opções comparado com inquérito da CNSF, adoptando os padrões da OCDE;
7	Quem é responsável pelas decisões financeiras mais importantes no seu agregado familiar? (por exemplos; Escolhas de investimentos, Empréstimos, etc)	Questão complementar, servirá como ajuda para identificar um perfil base dos níveis de Literacia Financeira dos inquiridos.	Questão abordada noutros inquéritos;
8	Tem filhos?	Estudos anteriores comprovam que a existência de filhos e uma forte conexão familiar, aumenta a capacidade de planeamento financeiro dos progenitores. Nos últimos anos o CNSF, implementando o Plano Nacional Formação, desenvolveu alguns programas educacionais financeiros nas escolas para jovens de várias idades. Este factor também pode ser afectado positivamente nos níveis de Literacia Financeira.	Questão abordada noutros inquéritos;
9	Quantos são financeiramente dependentes de você?		
10	Alguma vez planeou, ou tentou planejar, o montante que precisaria de poupar para o período da reforma?	Estas duas questões irão comparar os níveis de Literacia Financeira entre os inquiridos que planeiam a reforma e os que não efetuam qualquer planeamento (Planners e Non-Planners). Também com a sua resposta será possível relacionar os níveis de Literacia Financeira e Planeamento de Pensões com os outros dados (demográficos, idade, educação, poupança etc.) A questão 11 tenta compreender as razões do não planeamento e os níveis de sucesso dos planners no seu objectivo.	Questão abordada noutros inquéritos;
11	Indique qual a expressão que melhor descreve a sua situação perante o planeamento da sua reforma		

12	Sabe qual a idade atual, que por lei, lhe permite aceder ao período da reforma? (Excluindo o cenário de reforma antecipada)	Este conjunto de questões pretendem avaliar o nível de conhecimento que os portugueses detém sobre o atual Sistema de Pensões Nacional, como também avalia o conhecimento das alternativas de investimentos no complemento de pensões. A última questão pretende avaliar os níveis de confiança na garantia da sua pensão e na sustentabilidade da Segurança Social Portuguesa, com o objectivo de relacionar estes níveis de conhecimento e confiança com o factor de Literacia Financeira previamente identificado.	Questões tipo geralmente encontradas em outros inquéritos internacionais, contudo alguma das perguntas foram modificadas de forma a enquadrarem-se ao contexto nacional;
13	Tem algum plano de Poupança Reforma subscrito neste momento?		
14	Sabe qual a percentagem que desconta mensalmente do seu ordenado para a Segurança Social?		
15	Qual a expressão que melhor descreve o seu nível de conhecimento sobre o enquadramento legal que norteia o acesso ao regime de pensões da Segurança Social em vigor em Portugal?		
16	Acredita que a sua pensão/reforma lhe permitirá ter um nível de vida condigno quando deixar de participar ativamente no mercado de trabalho?		
17	Numa escala de 1 a 5, no qual 1 corresponde significa "muito baixo" e 5 "muito alto", como classifica a sua compreensão de conceitos básicos de finanças		
18	Suponha que tem 100 euros numa conta bancária, remunerados a uma taxa de juro de 2% ao ano. Ao fim de 5 anos, qual será o saldo da sua conta admitindo que não faz qualquer levantamento ou reforço de capital?	De forma a avaliar os níveis de Literacia Financeira, são colocadas este conjunto de questões que abordam não só conhecimentos básicos de economia e finanças como também exige ao inquirido efectuar cálculos simples, de forma a demonstrar os seus conhecimentos sobre juros, inflação e diversificação em investimentos de risco. As questões 18, 19 e 22 identificam se os inquiridos estão familiarizados com conceitos relacionados com a inflação e aplicação de capital em investimentos. As questões 20 e 21 avaliam os conhecimentos relacionados com a diversidade de investimentos como também avaliação de risco. Atualmente o conjunto de questões 18, 19 e 20 designam-se em vários estudos como "Big Three" e servem como barómetro e metodologia para avaliar os níveis de Literacia Financeira tendo sido usadas em vários estudos ao redor do Mundo. Todas estas questões foram inicialmente desenvolvidas por Lusardi e Mitchell em 2004 nos USA para elaboração do Health Retirement Study.	Questão abordada noutros inquéritos internacionais, como também pela CNSF;
19	Imagine que pode subscrever um depósito a prazo que oferece uma taxa de remuneração de 1% ao ano. Admita ainda que a inflação anual é de 2%. Nestas condições, valerá a pena colocar a sua poupança neste depósito a prazo?		
20	Qual o produto financeiro que considera mais arriscado? (Ações ou Fundos de Investimento)		
21	Numa escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a "muito baixo" e 5 a "muito alto", como classifica o seu conhecimento sobre os diversos produtos financeiros aos quais pode alocar as suas poupanças, de forma a acautelar o período em		

22	Suponha que investe 2000€ num depósito a prazo que oferece um juro composto anual de 10%. Quantos anos necessita para que o seu investimento duplicasse para os 4000€?	Ver ponto anterior	Questão abordada noutros inquéritos internacionais, como também pela CNSF;
23	Alguma vez recebeu algum tipo de formação financeira durante o período escolar ou no local de trabalho?	Relacionar a importância da formação nos níveis de Literacia Financeira, quantificar a sua existência e utilidade. Salientar a existência de necessidades de formação em certos grupos sócio-demográficos.	Questão abordada noutros inquéritos;
24	Nos últimos 12 meses, quantas vezes ocorreu o seu rendimento mensal não ser suficiente para a totalidade dos seus gastos mensais?	Questões que pretendem caracterizar e conhecer a capacidade financeira dos inquiridos, bem como identificar dificuldades correntes.	Questão abordada noutros inquéritos;
25	Possui algum tipo de conta-poupança, para além da conta bancária de uso corrente?		
26	Se perdesse a sua principal fonte de rendimento (ordenado, rendas ou subsídio, etc.) por quanto tempo acredita que conseguiria assegurar os seus gastos sem pedir qualquer empréstimo?		
27	Nos últimos 12 meses, recebeu algum tipo de aconselhamento financeiro profissional ou de alguma instituição, de forma a poder escolher algum produto financeiro (Investimento, empréstimo etc.)?	O inquérito de 2015 elaborado pelo CNSF revela que a principal fonte de informação que influencia na escolha de um produto financeiro é o conselho ao balcão da instituição onde vai adquirir esse produto. Pretende-se avaliar possíveis alterações com o surgimento de novas plataformas digitais.	Questão abordada noutros inquéritos;
28	Possui casa própria, arrenda ou partilha habitação?	As respostas a estas questões serão usadas como variáveis dummies, na relação entre existência de património e Literacia Financeira.	Questão abordada noutros inquéritos;
29	Tem mais ativos do que passivos? (Ativos são casas, carros, carteira de investimento; passivos são dívidas - à banca, a familiares ou amigos, etc.)		Questão abordada noutros inquéritos;
30	Qual o intervalo em que mais se enquadra o seu rendimento mensal bruto?	Outros estudos comprovam que indivíduos com menor rendimento mensal tendem a possuir menos Literacia Financeira.	Questão abordada noutros inquéritos;

Apêndice 2: Composição da Amostra

Factor	Frequência	%
Idade		
<= 25	39	19,50%
26 - 35	67	33,50%
36 - 45	58	29,00%
> 45	36	18,00%
Género		
Masculino	106	53,00%
Feminino	94	47,00%
Estado Civil		
Solteiro	98	49,00%
Casado	59	29,50%
Divorciado(a)	11	5,50%
Viúvo(a)	2	1,00%
Em união de facto	30	15,00%
Educação		
S\ ensino secundário completo	11	5,50%
Com ensino secundário completo	22	11,00%
Frequência Universitária	31	15,50%
Ensino Superior completo	136	68,00%
Ocupação		
Desempregado	11	5,50%
Trabalhador por conta de outrem	152	76,00%
Trabalhador por conta própria	20	10,00%
Não-trabalhador*	17	8,50%
Rendimento		
S\ rendimento	12	6,00%
Até 650 euros	25	12,50%
Entre 650 e 1000 euros	64	32,00%
Entre 1000 e 2500 euros	80	40,00%
Acima de 2500 euros	19	9,50%
N	200	100%

Apêndice 3: Tabela de Variáveis descritas

Variáveis Consideradas	Descrição
Variáveis de Literacia Financeira	
Três respostas corretas	Indicador variável no qual é considerado 1 se as três questões sobre Literacia Financeira foram respondidas corretamente e 0 caso contrário.
Total de respostas corretas	Variável contínua determinada pela soma de respostas corretas de análise dos níveis de Literacia Financeira.
Questão Juros correta	Indicador variável no qual é considerado 1 se a questão sobre juros foi respondida corretamente e 0 caso contrário.
Questão Inflação correta	Indicador variável no qual é considerado 1 se a questão sobre inflação foi respondida corretamente e 0 caso contrário.
Questão Diversidade e Risco correta	Indicador variável no qual é considerado 1 se a questão sobre diversidade e risco foi respondida corretamente e 0 caso contrário.
Váriável Planeamento de Pensão	
Planner vs Non-Planner	Indicador variável no qual é considerado 1 se o inquirido é considerado Planner e 0 caso contrário.
Dados Sócio-Demográficos	
Idade	Variável categórica no qual é considerado 1 dos 36 aos 45 anos; 2 se acima dos 46 anos Categoria base: inferior a 35 anos
Masculino	Indicador variável no qual é considerado 1 se o inquirido é considerado masculino e 0 caso contrário.
Estado Civil: Casado, Viúvo, Divorciado ou em união de facto	Variável categórica no qual é considerado 1 se o inquirido é casado; 2 se viúvo; 3 se divorciado e 4 se em união de facto. Categoria base: solteiro.
Habilitações Literárias	Variável categórica no qual é considerado 1 se o inquirido possui ensino secundário completo; 2 frequência universitária; 3 se finalizou o ensino Superior. Categoria base: sem ensino secundário completo.
Ocupação: Trabalhadores por conta própria e Trabalhadores por conta de outrem	Variável categórica no qual é considerado 1 se o inquirido é trabalhador por conta própria; 2 se for trabalhador por conta de outrem. Categoria base: não-trabalhador+desempregados
Rendimento	Variável categórica dependendo do rendimento dos inquiridos. 1 = Até €650; 2 = Entre €650 e €1000; 3 = Entre €1000 e 2500€; 4 = Acima de €2500. Categoria base: Sem rendimento.

Outras Variáveis Consideradas

Com Educação Financeira	Indicador variável no qual é considerado 1 se o inquirido afirma ter recebido educação financeira e 0 caso contrário.
Possui Conta-Poupança	Indicador variável no qual é considerado 1 se o inquirido afirma possuir conta-poupança e 0 caso contrário.
Possui PPR	Indicador variável no qual é considerado 1 se o inquirido afirma ter subscrito um PPR e 0 caso contrário.
Possui Casa própria	Indicador variável no qual é considerado 1 se o inquirido afirma possuir casa própria e 0 caso contrário.

Anexo 1: Conjunto de dados em Estudos Internacionais

Autores	País	A	Q. Juro Simples		Q. Inflação		Q. Divers./Risco		Todas as 3 corretas (%)	Pelo menos 1 NS/NR (%)	N
			Correto(%)	NS/NR (%)	Correto(%)	NS/NR (%)	Correto(%)	NS/NR (%)			
Lusardi & Mitchell (2011c)	USA	2009	64.9	13.5	64.3	14.2	51.8	33.7	30.2	42.4	1488
VanRooij, Lusardi, and Alessie (2011)	Netherlands	2010	84.8	8.9	76.9	13.5	51.9	33.2	44.8	37.6	1665
Bucher-Koenen and Lusardi (2011)	Germany	2009	82.4	11.0	78.4	17.0	61.8	32.3	53.2	37.0	1059
Sekita (2011)	Japan	2010	70.5	12.5	58.8	28.6	39.5	56.1	27.0	61.5	5268
Agnew, Bateman, and Thorp (2013)	Australia	2012	83.1	6.4	69.3	13.0	54.7	37.6	42.7	41.3	1024
Crossan, Feslier, and Hurnard (2011)	NewZealand	2009	86.0	4.0	81.0	5.0	49.0	2.0	24.0	7.0	850
Brown & Graf (2013)	Switzerland	2011	79.3	2.8*	78.4	4.2*	73.5*	13.0*	50.1*	16.9*	1500
Fornero & Monticone (2011)	Italy	2007	40.0*	28.2*	59.3*	30.7*	52.2*	33.7*	24.9*	44.9*	3992
Almenberg and Säve-Söderbergh (2011)	Sweden	2010	35.2*	15.6*	59.5	16.5	68.4	18.4	21.4*	34.7*	1302
Arrondel, Debbich, & Savignac (2013)	France	2011	48.0*	11.5*	61.2	21.3	66.8*	14.6*	30.9*	33.4*	3616
Klapper & Panos (2011)	Russia	2009	36.3*	32.9*	50.8*	26.1*	12.8*	35.4*	3.7*	53.7*	1366
Beckmann (2013)	Romania	2011	41.3	34.4	31.8*	40.4*	14.7	63.5	3.8*	75.5*	1030
Moure (2016)	Chile	2009	47.4	32.1	17.7	20.9	40.6*	N/A*	7.7	53.1	14,463
Boisclair, Lusardi, & Michaud (2017)	Canada	2012	77.9	8.8	66.18	16.13	59.35	31.29	42.5	37.23	6805
Kalmi & Ruuskanen (2017)	Finland	2014	58.1	6.1	76.5	6.4	65.8	10.25	35.6	14	1477

* Questões com ligeiras diferenças de composição escrita, face ao trabalho original.